

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Os processos de desenvolvimento local e as mudanças nas relações de poder no Acre.

Mauro César Rocha da Silva.

Cita:

Mauro César Rocha da Silva (2009). *Os processos de desenvolvimento local e as mudanças nas relações de poder no Acre. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/296>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Os processos de desenvolvimento local e as mudanças nas relações de poder no Acre.

*Mauro César Rocha da Silva*¹

Resumo.

À busca pelas riquezas naturais das terras das acreanas, à constatação da abundância de árvores de seringueiras motivaram o comércio de longa distância face à possibilidade de ampliação do mercado de exploração produtiva da borracha natural naquela região. Sob os auspícios de muitas riquezas econômicas, aquelas terras desconhecidas passaram a despertar a partir de 1850, interesse político efetivo pelo seu domínio por parte das autoridades dos três países fronteiriços que até então desconheciam os pontos limites de suas fronteiras geográficas e não sabiam se tal área pertencia aos seus domínios. A ‘questão política do Acre’ emerge precisamente neste momento quando a produção de borracha ganha importância no mercado internacional com as descobertas da utilidade indispensável dessa matéria-prima à sociedade moderna e predomina um ar de

¹ Estudante de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, nas áreas de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRuralRJ, do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA. Professor Assistente da Universidade Federal do Acre, Brasil.

incerteza sobre a legitimidade desse domínio. Essas indefinições geográficas e as motivações econômicas levaram as disputas diplomáticas entre Brasil, Bolívia e Peru, que ao seu término, deram aos brasileiros o direito pelas posses das terras acreanas e a sua anexação ao país como Território Federal do Acre, em 1903. A partir de então, o Acre vivencia intenso processo de ocupação e povoamento de seu território impulsionado pelo atrativo de enriquecimento do comércio de produção de borracha, principal atividade econômica local. Mas se os negócios da economia de exportação de borracha proporcionariam, ao Acre, vivenciar períodos de prosperidade comercial com seus principais agentes econômicos acumulando alta fortuna foi porque sob o dorso material de exploração do látex se ergueu uma estrutura político-social bastante desigual marcada pela subordinação e dependência das camadas sociais vinculadas ao trabalho de corte da seringa e concentração de poder nas mãos dos donos dos seringais e governos locais totalmente alheios aos ditames do desenvolvimento econômico, a não ser pela receita fiscal que ele gerava. Assim, que se o processo de desenvolvimento econômico produziu progresso material das duas principais cidades acreanas, a capital Rio Branco e Cruzeiro do Sul, essa fortuna processou-se de forma assimétrica, por um lado, às expensas das camadas sociais que ficaram destituídas de poder político e, por outro, às custas econômicas das pequenas atividades produtivas que ficaram sufocadas pelo monopólio da borracha. As fragilidades desse modelo assentado exclusivamente na produção de borracha para abastecer o mercado externo e num projeto político alheio aos interesses das gentes locais vieram à tona na década de 1970 quando o comércio dá sinais de saturação, os preços da borracha chegam a valores irrisórios, e as camadas sociais de trabalhadores insatisfeitas com a situação de subordinação se insurgem contra a desintegração de seu modo de vida e trabalho, e postulam novos caminhos para o desenvolvimento local. Os conflitos sociais foram inevitáveis. Nesta década processaram-se transformações na economia e na política acreana, os baixos preços da borracha levaram a desvalorização dos seringais que passaram a ser atrativos aos empresários e fazendeiros do centro-sul do país que queriam adquirir os seringais para investir na criação de pecuária. Os seringueiros e grupos indígenas que haviam permanecido presos a situações de dependência econômica e fora da rede de proteção dos governos locais, moveram ações contestatórias e procuraram construir seus interesses a partir da proposição de um projeto político de desenvolvimento local que articulou uma ampla rede social de agentes. Esse projeto econômico ganhou legitimidade política quando com a ascensão do Governo da Floresta, iniciado em 1999, a política de desenvolvimento se propôs a ressoar um conjunto de forças econômicas e políticas sob o signo da identidade acreana. Deste então, tem alcançado notoriedade na mídia nacional e estrangeira como sinônimo de um modelo de desenvolvimento sustentável. O objetivo deste trabalho é investigar esse encontro da economia e da política a partir da formação do projeto

de desenvolvimento local do Governo do Acre, procurando saber se a sua implementação tem dado resposta material efetiva aos interesses sociais dos seus diferentes agentes.

1. Apresentação

Este texto corresponde a uma versão reduzida do projeto de pesquisa sob o mesmo título *Os processos de desenvolvimento local e as mudanças nas relações de poder no Acre* que atualmente desenvolvo no Programa de Doutorado do Centro de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA\UFRuralRJ, Brasil. Na sua formulação geral, tem a pretensão de investigar os processos políticos e econômicos que combinados levaram a constituição do Estado do Acre, explicar o seu processo de desenvolvimento histórico através da formação do mercado local, e lançar luz sobre o momento atual de seu governo reconhecido como propulsor do desenvolvimento sustentável.

Mas para os propósitos desta comunicação, nos concentraremos nos dois primeiros momentos e falaremos sobre: (i) os impulsos políticos e econômicos que tornaram essas terras acreanas, legitimamente reconhecidas como possessões bolivianas, brasileiras através das assinaturas entre Brasil-Bolívia do Tratado de Petrópolis, em 1903, e do Tratado de 8 de setembro de 1909, firmado com Brasil-Peru, que puseram fim definitivo aos litígios da tríplice fronteira e concederam as terras acreanas como domínio do Brasil; (ii) percorrer os caminhos trilhados pela economia acreana após sua constituição como unidade política, dando ênfase no circuito comercial de base local que vai se desenvolvendo nas fendas da economia principal e colocando seus diferentes agentes econômicos no jogo das forças políticas.

O Acre desde seus primórdios tem despertado interesse nacional e estrangeiro seja pela fortuna de suas riquezas seja pela resistência destemida de sua gente. Aqui, a economia da borracha foi a principal fonte de riqueza que alimentou o seu povoamento e fortaleceu o domínio das elites locais. No princípio da década de 1970, com o declínio econômico da produção da borracha, as florestas de seringueiras que antes haviam sustentado toda a riqueza do estado desde sua formação em 1903, perdem seu valor e agora passam a ser vistas pelos forasteiros da região como empecilho para o desenvolvimento econômico. Os conflitos de resistências sustentados pelo sindicalismo rural contra a devastação das florestas naquele momento foram inevitáveis.

Neste momento, o estado do Acre ganha novamente notoriedade nas manchetes de jornais nacionais e estrangeiras. De dentro do movimento sindical emerge Chico Mendes como principal protagonista político que alertaria o mundo sobre a importância de equacionar o desenvolvimento com o uso sustentável dos recursos naturais para assegurar a perpetuidade do planeta para as gerações futuras, a partir da luta pela manutenção das florestas de seringueiras. Trinta anos depois, com a eleição de Jorge Viana, em 1998, para o governo do Acre, divulga-se a idéia de que aqui ocorre um processo de desenvolvimento sustentável, sob o slogan da florestania do governo da floresta.

Esses acontecimentos que levaram a formação do Acre e o seu desenvolvimento recente têm sido objetos de recorrentes pesquisas que recobrem diferentes abordagens das mais variadas áreas acadêmicas de universidades nacionais e internacionais². Embora esses esforços tenham produzido significativos resultados científicos de compreensão da realidade do Acre, e já tenham produzido interferências no curso de sua história, as possibilidades de investigação de novos enfoques temáticos estão longe de serem esgotadas.

O amplo leque de temas por mais esforço que tenha despendido para percorrer o diminuto período histórico de pouco mais de cem anos de sua formação, pela própria natureza da atividade científica que necessita demarcar os eventos de aferição de suas pesquisas e limitar o escopo da análise pretendida, há subestimado uma investigação de conjunto e olvidado de avançar na direção para estabelecer uma conexão dos eventos particulares a partir de um ponto comum de comunicação.

O fato de nos referirmos resumidamente aos espaços vazios que as pesquisas sobre o Acre deixaram de lado de suas preocupações indica à impossibilidade de captura da totalidade da realidade acreana diante da própria natureza restritiva da atividade acadêmica e adverte para a concentração dos enfoques temáticos. Essas referências indicam, por exemplo, que embora a economia da borracha tenha sido exaustivamente explorada em seus diferentes mecanismos econômicos e produtivos, ao concentrar-se no enfoque macro-econômico das relações internacionais, pouca luz lançou sobre a formação do mercado e do desenvolvimento econômico local. Sem pretender ir diretamente ao assunto, alguns aspectos que tocam a problemática do

² Em linhas gerais, as pesquisas têm abordados os processos migratórios e deslocamentos populacionais direcionados ou espontâneos que resultaram na configuração de seu povoamento, os conflitos fundiários e as disputas diplomáticas internacionais entre Brasil, Bolívia e Peru, as atividades econômicas e práticas produtivas associadas ao manejo dos recursos naturais que lhe deram destaque mundial, assim como o projeto de desenvolvimento em curso, em parte, direcionado pelo papel dos movimentos sociais e ação coletiva constituem alguns episódios, os quais compõem as preocupações das investigações de pesquisa. Todo esse conjunto de questões ecoa de forma específica ou pontual nos trabalhos. Cf. PAULA, 1991, 2003; SIMIONE, 2003; SOUZA, 1995; CAVALCANTI, 1983; COSTA SOBRINHO, 1992; MARTINELLO, 1988, TOCANTINS, 1979.

desenvolvimento local apareceram nos trabalhos de Silvio Simeoni (2003) e Domingos Neto (2004).

O tema ambiental que alguns autores registraram como emblemático dos anos setenta e oitenta despertado pela ação do sindicalismo rural no Acre (Paula 1991; Silva, 2001) e da influência internacional dos novos movimentos sociais da Europa e EUA esqueceram de mediar sua análise com as motivações ambientais existentes desde tempos atrás e mentalidades anteriores que coexistiram durante a própria emergência da Amazônia e, em particular, dos motivos que levaram a ocupação do Acre (Leandro Tocantins 1979 vol. I e II; Eduardo Gudynas, 2003; Pádua, 2002).

Ademais, os câmbios que o sentido ambiental tem sofrido ao longo deste percurso até os dias atuais e a forma como os distintos agentes sociais e econômicos procuraram modificar suas mentalidades praticamente em nada foram objetos de preocupações de pesquisa, a não ser a consciência da fórmula geral que tomou a noção de desenvolvimento sustentável, definida como aquela que melhor compatibiliza a utilização dos recursos naturais presentes, equilibrando desenvolvimento econômico com o uso dos recursos naturais, sem comprometer o patrimônio natural para as gerações futuras (Mapa do Desenvolvimento).

Os relevantes trabalhos que enfocaram as disputas diplomáticas e diagnosticaram todas negociações, conflitos e tratados geopolíticos estabelecidos entre Brasil, Bolívia e Peru, que levaram a configuração do território acreano assim como pontuaram seu desenvolvimento administrativo não chegam a prefigurar de forma mais sistemática uma ligação dos agentes políticos que aí atuaram com a definição das políticas econômicas que advieram dos atos daqueles que dirigiram o estado (Pereira, Bento da Silva).

Nesse sentido, o conjunto de mudanças que foi processado pela transição da economia da borracha às atividades econômicas agropecuárias e extração madeireira no decorrer das décadas de 1970-80, na história do Acre, causou impactos importantes a que praticamente todas as produções acadêmicas regionais, de alguma maneira, tinham que fazer referências. Mas apesar de não haver nada de novo que possa ser dito sobre este período, não se tem bem claro em que medida o legado dos protagonistas anteriores (patrões que passam a influenciar a política estatal) persistiu ou se dissipou na mentalidade dos novos agentes emergentes (sindicalistas e técnicos), mesmo diante da grande transformação ocorrida, assim como não está bem entendido até que ponto esses novos agentes renovaram a agenda dos interesses sociais latentes do referido período para projetar o caminho a que atualmente está trilhando o estado.

O papel político do estado como impulsionador dos rumos do desenvolvimento local também é carregado por uma dualidade. Isso se põe problemático porque há quem aponte com otimismo a natureza benéfica de tais transformações que ocorreram no Acre (Hermício

OLIVEIRA, 2003; Horário ANTUNES, 2004; Denise GARRAFIEL, 2004; Nilton COSSON MOTA, 2006) enquanto outros, tomando os mesmos pontos, descrevem-no como um painel bordado por um pessimismo desolador (PAULA, 2003; GUIMARÃES JR, 2006; JESUS, 2008).

Os exemplos poderiam ainda ser multiplicados, mas para os propósitos que nos interessam o que está posto basta. Certamente, não temos a pretensão de dar contas de todas essas questões levantadas. Nosso objetivo foi no sentido de identificar as possibilidades de pesquisas existentes para podermos, a partir daí, situar melhor nosso trabalho. O ponto central que nos parece frutífero para pensar o caso do Acre para tecer alguns fios que, todavia, se encontram soltos, é o tema do desenvolvimento, especificamente do desenvolvimento local. No entanto, tomamos a noção de desenvolvimento não somente em sua variável *econômica*, mas conjuntamente com a variável da *política*.

Tem-se aqui que o desenvolvimento (local) resulta do encontro da *economia* e da *política*, isto é, da união do *dinheiro* e do *poder*, do *mercado* e do *governo*, do *negócio* e do *Estado*. No caso do Acre, por exemplo, a formação do projeto de desenvolvimento local deu-se simultaneamente ao processo que desembocou na definição das fronteiras estaduais, na configuração mental de sua gente, na criação da administração pública (da política fiscal, impostos, créditos, controle das atividades econômicas) da regulamentação da economia e conseqüentemente do mercado. O entrelaçamento e a sobreposição de funções econômicas e políticas protagonizadas pelos mesmos agentes prefiguram essa condição do desenvolvimento como o encontro das variáveis da *economia* e da *política*.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é o de investigar os elementos que configuram o encontro das forças econômicas e políticas que resultaram na formação do projeto de desenvolvimento-mercado local do Acre que ganhou destaque nacional e estrangeiro, com a eleição do Governo da Floresta, em 1999. Em particular, procuramos saber qual o quadro de mentalidade passou a informar a implementação desse projeto e se a forma como tem sido aplicado tem dado resposta material efetiva para melhorar o padrão de bem-estar social de vida e trabalho dos diferentes agentes envolvidos.

O texto está organizado além desta introdução “*Antecedentes gerais políticos e econômicos da formação histórica do Acre*”, em duas seções principais. Na primeira seção iniciamos com *Os processos econômicos*, e na segunda, *Os processos políticos*. Nestas duas seções fizemos um balanço da literatura que versa sobre os motivos políticos e econômicos que despertaram a “questão do Acre” seguindo com as razões que o colocaram como modelo profícuo de desenvolvimento sustentável. A partir delas, tecemos considerações preliminares à guisa de conclusão.

2. Antecedentes gerais políticos e econômicos da formação histórica do Acre

Nesta parte temos o objetivo de descrever o movimento geral dos interesses econômicos e políticos que povoaram as mentes dos exploradores e neles despertaram motivações suficientes para que com pioneirismo iniciassem as correrias das frentes expansionistas de povoamento e colonização em direção as desconhecidas terras acreanas. As possibilidades de adquirir fortuna com o promissor comércio que os produtos amazônicos poderiam representar atraíram as autoridades políticas e econômicas da Província do Amazonas que procuraram estender seu poder discricionário sobre àquelas terras, com o propósito de financiar trabalhadores para o trabalho de exploração da borracha. À medida que se intensifica a exploração de borracha e cresce a demanda internacional por essa matéria-prima com preços bastante atrativos nas relações de trocas vai surgindo à necessidade de centralização política dos limites geográficos por onde as trocas comerciais se processavam. Mas como as terras acreanas permaneciam desconhecidas pelos três países entre os quais estavam situados seus limites, por essa razão, emergem as disputas militares e diplomáticas pelo direito de suas posses.

Tal qual a Amazônia, o Acre formou-se sob o signo de muitas riquezas. A visão do Eldorado – homem dourado³ – que alimentou a atração dos europeus de promessas de metais preciosos no Novo Mundo também contagiou aqueles que se dirigiram para o extremo oeste da região amazônica a partir de meados dos anos de 1850. Mas aí, ao invés de metais preciosos e especiarias exóticas, as gentes que para cá vieram encontraram inspiração para explorar o ciclo do ouro-negro. O trabalho de extração do látex para a produção da borracha passou a exercer, portanto, o papel estimulante no processo de ocupação humana e integração territorial. Na produção da borracha principalmente se ancoraria a inspiração política e histórico-social do migrante nordestino que daria à organização dessa sociedade que se formava um estilo de vida próprio (TOCANTINS, 2001).

No princípio do século XX, em 1903, os litígios fronteiriços entre Brasil, Bolívia e Peru, pela disputa desse território, encontrariam, do ponto de vista político, uma parcial resolução com a anexação do Acre ao restante do país, através dos acordos diplomáticos estabelecidos com a

³ Werner Sombart revela que foi depois dos descobrimentos de Colombo, quando a Europa ouviu, admirada, a narração das aventuras na terra dos mares do Novo Mundo, que se propagou à história de uma nuvem de ouro, caindo nas mãos de quem se dispunha a procurá-la. E o ‘conto maravilhoso do príncipe recoberto de metal precioso, Eldorado, - país de ouro – no fim declarado e tácito de todas as expedições. As pesquisas históricas esclarecem que a palavra Eldorado provém de uma contração de ‘el hombre dorado’, mito que mergulha raízes numa prática de exorcismo pagão dos índios da aldeia de Guatavita nas montanhas de Nova Granada. Explicaram ser um costume pré-histórico daqueles indígenas, reproduzido na escultura. Em certo dia, o chefe da tribo, untava o corpo de um índio escolhido para a cerimônia, com uma goma especial, e os companheiros polvilhavam-no de ouro em pó, transformando o jovem guerreiro em ‘el hombre dorado’. Em seguida, o conduziria numa balsa até o meio do lago onde ele era lançado às águas, desaparecendo nas profundezas. Os deuses transformaram o sacrifício do homem dourado em graças para a tribo (TOCANTINS, 2001, p. 103-104).

assinatura do Tratado de Petrópolis que confirmava entre o governo brasileiro e a Bolívia⁴, a elevação dessas terras à categoria de Território da República Federativa do Brasil. No ano de 1909 se daria o episódio final para o término das divergências fronteiriças entre Brasil e Peru, com o Tratado de 8 de setembro de 1909 com o reconhecimento jurídico e geográfico do Território do Acre. Com estes dois tratados, Bolívia e Peru, que reclamavam o direito das terras acreanas, concedem ao Brasil o direito de possuí-las (Idem, 2001). No ano de 1962, o Acre seria elevado à condição de Estado Federal e, em 1982, vivenciaria sua experiência democrática de forma mais efetiva, com eleições livres para o governo estadual, depois de quase oitenta anos tendo seus governos indicados pelo Presidente da República.

No quadro sócio-econômico, o Acre, manteve-se, durante, seus primeiros setenta anos, voltado predominantemente para uma economia de exportação ligada à produção de borracha nativa. Os ciclos econômicos de baixa dos preços nos mercados internacionais da borracha, que sucederam com maior intensidade nos anos 70, levaram paulatinamente a desativação da sua base produtiva e a crise da economia do estado, visto que o mercado local era praticamente inexistente e operava, em grande medida, como complemento da economia principal, pois o mesmo estava restringido à circulação das mercadorias importadas e ao fornecimento de utensílios básicos para o corte da seringa e fabrico da péla de borracha. O comércio local movimentava o setor de transportes para escoamento da produção e deslocamentos dos moradores no curso dos seringais e da cidade. As relações comerciais que atuavam neste circuito estavam bastante articuladas com o sistema de aviação e estabelecia vínculos com as atividades comerciais de exportação.

Na década de 1970, portanto, se processariam profundas manifestações sociais com a ocupação daquilo que se convencionaria chamar de “a última faixa de fronteira amazônica”. Neste momento, com os preços da borracha alcançando valores ínfimos e os seringais nativos bastante desvalorizados, as terras no Acre passaram a ser atrativas aos empresários, fazendeiros e especuladores imobiliários do centro-sul do país que queriam adquirir os seringais para investir na criação de pecuária, e assim, desativar a produção de borracha. Neste contexto, os seringueiros e grupos indígenas originários da região que haviam permanecido durante, todo o tempo de auge da economia da borracha, relegados à condições de subalternidade, presos a situações de dependência econômica junto aos patrões seringalistas e fora da rede de proteção dos governos locais, moveram fortes ações contestatórias contra a desativação dos seringais pelos grupos do centro-sul que

⁴ Cf. MARTINELLO, Pedro. A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Cadernos da UFAC, 1988; TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Brasília: INL/ Conselho Federal de Cultura; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979.

chegavam à região. E diante da ameaça que se constituía contrária ao seu modo de vida e trabalho, mesmo em condição de dependência a que estavam submetidos, procuraram construir efetivamente seus interesses no âmbito da ação política e econômica.

Os conflitos por terra no campo se intensificaram nessa época e refletiram as contradições do modelo de desenvolvimento que se iniciavam na região. A falência dos seringalistas e a venda dos seringais para os empresários, especuladores e fazendeiros do centro-sul do país resultariam na expulsão de milhares de seringueiros (e grupos indígenas) de seu tradicional modo de vida no interior da floresta com a conseqüente devastação de extensas áreas de floresta para a implantação da agricultura e pecuária extensiva.

Neste momento, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais – MSTR emerge no cenário político local como foco de resistência contra o modelo de desenvolvimento em curso na região de matriz “conservadora”⁵, que além de expropriar parte significativa dos segmentos subalternos do campo, promoveram a devastação de extensas áreas de florestas nativas para a implantação da agropecuária extensiva e retirada ilegal de madeira. A defesa pela preservação da floresta e luta pela terra vão se constituir nos principais interesses dos seringueiros para reivindicação junto aos distintos governos (municipal, estadual, federal).

No plano mais geral, podemos situar este momento, do ponto de vista sócio-econômico e político, de passagem dos anos 70 para os 80, como marco de ruptura bastante significativo para a historiografia regional donde provavelmente estariam os elementos explicativos para entender o período posterior quando os movimentos sociais vão postular a construção de novas referências para as estratégias de desenvolvimento para o estado.

Segundo levantamos, no período pós-1970, se modificariam as estratégias de desenvolvimento para a Amazônia. Com o declínio sucessivo do extrativismo do látex para a produção da borracha, iniciado em 1912 e acentuado nos 70 devido à alta produção de borracha nos seringais de cultivos do Oriente, ocorreria à substituição da principal atividade econômica da região – supridora da indústria da Europa e dos Estados Unidos – pela expansão da produção agropecuária advinda com a política dos militares que ascendiam ao poder do Estado, em princípios de 1964, postulando a idéia de integração das fronteiras nacionais em seu projeto de desenvolvimento para a Amazônia.

⁵ Esse modelo de desenvolvimento ficou conhecido como o ideal da “modernização conservadora” que configurou um novo padrão de desenvolvimento rural que se implantou no país, preponderantemente, a partir de meados da década de 60, tendo as seguintes características: a) no latifúndio associado a um rápido crescimento da exportação e automação do trabalho no campo; b) modernização agropecuária, consolidação e ampliação dos complexos agroindustriais; c) regulação da economia pelo Estado através de um sistema de financiamento do setor rural. No caso do Acre, a modernização ocorreu praticamente com a ausência de capacidade tecnológica.

Deste período em diante até os anos oitenta, principalmente na gestão dos governos ditatoriais, e um pouco antes deles, predominaram as estratégias de desenvolvimento que defenderiam à integração das fronteiras nacionais e uma vontade política centralizadora de desenvolvimento do país através de um amplo processo de industrialização e expansão das fronteiras agrícolas, sobretudo em direção a Amazônia. Como máxima que refletiu o espírito que irradiou a política econômica naquele momento referido podemos citar o slogan “integrar para não entregar” que foi à palavra de ordem do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que antecedeu os governos militares, e que havia prometido fazer “cinquenta anos em cinco” nos seus planos de metas para a modernização nacional.

No Brasil, particularmente na Amazônia, no decorrer da década de 90, difunde-se a idéia de que estariam ocorrendo algumas experiências inovadoras de “desenvolvimento sustentável” de âmbito local/regional. A crescente ampliação da atuação política da sociedade civil e a maior participação dos movimentos sociais – sindical, seringueiros, indígenas, na formulação de políticas junto ao governo local teriam gerado uma forma de governabilidade pública atenta para o resguardo de elementos culturais e econômicos que haviam sido olvidados pelas políticas de desenvolvimento anteriormente em curso, e isso teria possibilitado melhorias no padrão de vida principalmente da população rural, semelhante às experiências de melhorias matérias de bem-estar social ocorridas no Norte da Itália, analisadas por Putman (1996).

Nesse sentido, o Acre passa a ser apresentado, nacional e internacionalmente, como o exemplo mais exitoso dessas experiências de desenvolvimento de base local sob iniciativas governamentais. Segundo Paula (2003) isso se deu devido uma conjuntura caracterizada pela convergência de três elementos. O primeiro deles prendeu-se à concordância de que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais – MSTR havia equacionado os conflitos agrários com a proposta de criação dos Projetos de Assentamentos Extrativistas – PAE e Reservas Extrativistas – Resex. Com os conflitos agrários aparentemente solucionados os problemas agora seriam de ordem sócio-econômica para aqueles seringueiros que teriam tido acesso a terra. A ligação do projeto das RESEX com o tema ambiental, por outro lado, havia fortalecido a luta do movimento sindical pela implementação de “alternativas de desenvolvimento sustentáveis” em bases locais.

O segundo aspecto que elevou o Acre a condição de referência exitosa na execução de alternativas sustentáveis, diz respeito à eleição de Jorge Viana, em 1998, para o governo estadual, puxando um arco de alianças enfeixadas no Partido dos Trabalhadores. Tais acontecimentos teriam favorecido a adoção de alternativas de desenvolvimento local, uma vez que o fortalecimento político dos movimentos sociais, respaldado pela ascensão do PT ao governo do Acre, facilitaria a adoção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento para a região (Paula, 2003).

O último aspecto estaria associado à crescente atuação da sociedade civil e à resistência de elementos culturais nas estratégias de desenvolvimento que teriam levado à difusão de algumas “experiências comunitárias” inovadoras de desenvolvimento sustentável, disseminando a idéia de que a maior participação dos movimentos sociais na esfera pública governamental resultaria em políticas públicas de desenvolvimento que gerariam aumento do padrão material de vida da população e na geração de bem-estar humano.

Esses três aspectos assim combinados teriam alterado o curso do desenvolvimento regional a partir do final dos anos 90 e invertido praticamente todo o ranço do atraso⁶ a que esteve associada à visão sobre o Acre, e a Amazônia. Tudo isso, colocou o Acre como uma referência *sui generis* no campo da economia e da política no circuito regional para pensar as estratégias de desenvolvimento e a reconfiguração das relações de poder na esfera do Estado, no âmbito local.

3. Os processos sócio-políticos: a formação dos governos locais e sua institucionalização política

O relativo alheamento em que as terras acreanas permaneceram sem que nenhum dos três países, Brasil, Bolívia, Peru, onde elas se localizavam, reivindicasse seus domínios ou tomasse qualquer medida de controle fronteiriço sobre as mesmas deixou essa região sem barreiras nacionais e desprotegidas para avanço de povos de nacionalidades diversas. Nesse sentido, nem o isolamento geográfico e as incertezas sobre as posses de suas terras impediram os brasileiros incentivados pela Província do Amazonas fossem um dos primeiros exploradores a adentrarem seus limites a procura de mananciais de seringueiras para realização do trabalho de extração do látex para a produção de borracha. Mas a prosperidade dos negócios da borracha nas terras acreanas liderada pelos amazonenses deixou os bolivianos desconfiados de que os brasileiros estivessem transacionando ilegalmente, nas cercanias de suas fronteiras, em terras nacionais da Bolívia. Os peruanos que também mantinham passagem por parte das terras acreanas localizadas pelas cabeceiras do rio Juruá começaram alegar serem estas extensão de suas fronteiras nacionais. O conflito político sobre os direitos das terras acreanas instala-se internacionalmente. Todavia foi desse impasse sobre as terras acreanas que se formou o Acre, nova organização política que nasceu como desdobramento de uma contenta trinacional cuja motivação política de fundo ancorou-se

⁶Interpretações como as de Oliveira Vianna, por exemplo, embora situadas para a realidade do princípio do século XX, admoestavam para as inaptidões do espírito acreano de assimilar os valores modernos. Segundo ele, não era razoável o gaúcho independente, o paulista operoso, ou o ponderado mineiro ser nivelado ao sertanejo do nordeste que constituía a base das gentes daquele rincão (VIANNA, 1943: 144-145). Tirando o excesso de sua visão eurocentrada, o que é compreensível para aquele período, não foi à toa, que o Acre tenha permanecido por tanto tempo à mercê de uma política de dependência frente ao poder da União e governado por pessoas de outras regiões do país.

nas perspectivas monetárias que poderiam advir da exploração da atividade extrativa da borracha. Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, as terras acreanas passam em definitivo a pertencer ao território brasileiro anexado como Território Federal do Acre. Nos anos seguintes, o Território passaria por vários ordenamentos político-administrativos, e mesmo sob a tutela da União, floresceriam suas principais cidades, até que chegasse, em princípio dos anos 1960, sua emancipação política na condição de Estado, através do qual poderia propor com autonomia os rumos políticos de seu próprio desenvolvimento.

Como uma variável dialeticamente decorrente dos interesses econômicos da borracha se inicia o processo político de formação do Acre. Por estar encravada bem na confluência de uma tríplice fronteira internacional pontilhada por áreas de Brasil, Bolívia e Peru, a região acreana foi palco de conflitos armados e disputas diplomáticas em torno dos direitos comerciais advindos dos negócios da borracha que colocaram esses três países⁷ em litígio. Movidos pela atração do monopólio do comércio do ‘ouro negro’, como ficou conhecida a riqueza gerada pela produção da borracha, a questão do Acre colocou o problema político da indefinição das fronteiras nacionais e da necessidade de controle do circuito comercial, dando visibilidade internacional para o fato de que, embora os referidos países tivessem recém saído de seus processos de independência nacional, os limites fronteiriços entre eles ainda permaneciam inconclusos e as trocas econômicas abertas e descentralizadas.

Não é nosso objetivo recontar a história das andanças dos portugueses pela Amazônia, por volta 1616, com o propósito de exploração das riquezas naturais e de realização das missões jesuíticas de catequização e comércio com os índios para nos referir ao ponto originário de identificação das terras acreanas pela referência geográfica dos rios Madeira e Javari, herdeira das disputas dos colonizadores espanhóis e portugueses, de onde vai se proliferar o conflito entre brasileiros e bolivianos (TOCANTINS, 1998).

O que interessa pontuar é que até princípio de 1850, as futuras terras acreanas permaneceram praticamente desconhecidas pelos países da tríplice fronteira do ponto de vista de sua posse política efetiva e do controle do comércio regional. Mas a partir de 1852 precisamente, os donos do poder da Província do Amazonas procuram estender sua jurisdição para além de suas fronteiras provinciais estimulando navegantes a adentrarem nessa zona desconhecida a procura de

⁷ Não interessa aos propósitos deste trabalho retomar em profundidade todos os interesses inerentes as disputas diplomáticas que levaram a formação do Acre, pois esse assunto já está bem descrito pela literatura acadêmica. Nossa intenção é de reconstruir as bases da formação político-administrativa do Acre do ponto de vista das relações que os processos políticos desencadeados estabeleceram com os rumos do desenvolvimento regional influenciados pelos interesses da economia da borracha. Sobre a história da constituição do Acre consultar Augusto MEIRA (1913, reed. 1998); Genesco Castro (1930, reed. 1998); Cláudio de Araújo LIMA (1973); Craveiro COSTA (1973, reed. 1998); Leandro TOCANTINS (1979 vol. I, II; 1998); Glimeses Rego BARROS (1993); Carlos Alberto Alves de SOUZA (1995).

novas áreas de exploração de borracha e estabelecer aí colonização para a atividade de extração de seringa, ao mesmo tempo, que intencionavam estabelecer o controle da circulação do dinheiro. Os primeiros exploradores como vimos, no tópico anterior, intensificaram suas conquistas nessa época. Tocantins (1998) comenta que Serafim da Silva Salgado a mando do presidente da Província do Amazonas foi um dos primeiros a revelar as terras acreanas, seguido pelo mestiço amazonense Manuel Urbano da Encarnação e o paraense João da Cunha Correia, considerados os verdadeiros exploradores das atuais terras que constituem o Acre⁸.

Não resta dúvida que esse processo de intensificação das navegações por estas terras em busca de áreas de hévea para exploração de borracha está diretamente relacionado às descobertas científicas em torno da utilização da borracha como matéria-prima para produção de artefatos industriais de distintos usos, principalmente para a indústria automobilística, farmacêutica, bélica e de vestuário. As descobertas do processo de vulcanização por Thomas Hancock, na Inglaterra, em 30 de maio de 1844 e Charles Goodyear, nos EUA, em 15 de junho de 1844 que deram a borracha maior resistência, impermeabilidade e elasticidade tornaram-na indispensável à sociedade industrial. Como consequência, já em 1878, as terras acreanas ganham grande importância na produção de borracha natural (TOCANTINS, 1998). E a corrida política pela conquista do monopólio do comércio da borracha desse mercado em formação, aberta que estava aos três países fronteiriços, começa a engalfinhar-se pelas lutas diplomáticas dos interesses nacionais.

Os bolivianos cabreiros por essa movimentação se desenrolar nas proximidades de suas fronteiras despertam para averiguação dos limites geográficos da referida área. O Coronel José Manuel Pando, adversário político do presidente da Bolívia Anicete Arce, ficou interessado no assunto e veio investigar o que estava se passando. Munido de instrumentos de medição fez cálculos e concluiu que as terras em disputa pertenciam aos bolivianos, pois estavam dentro dos limites geográficos previstos pelo Tratado de Ayacucho (1867) que reconhecia os termos de posse da Bolívia⁹. O Tratado de Ayacucho havia sido homologado pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777) que por sua vez fora ratificado pelo Brasil que reconhecia a legitimidade de domínio das terras pelos bolivianos, sob o fundamento angular do antigo Tratado de Madri (1750) estabelecido entre Portugal e Espanha, verdadeiro modelador dessas fronteiras, que localizava a linha Leste-Oeste entre os rios Madeira e Javali indo até encontrar a margem oriental do Rio Javari, portando, pertencente à Bolívia. No ano de 1895, Frederico Diez Medina, ministro da Bolívia no Rio de

⁸ Tocantins (1998, p. 32) complementa dizendo que, em 1861, Manuel Urbano da Encarnação subiu o rio Alto Purus, passando pelos afluentes Acre ou Aquiri, Mucumim, Yaco, Aracá (Chandless) e Ituxi. João da Cunha navegou pelo Alto Juruá, e os afluentes Tarauacá, Juruá-Mirim.

⁹ Mais informações sobre os tratados diplomáticos que definem os limites de fronteiras entre Brasil, Bolívia e Peru, consultar TOCANTINS, 1977, vol. I, II; TOCANTINS, 1998; COSTA, 1998; BARROS, 1998.

Janeiro, protocolou junto ao Ministério do Exterior do Brasil, no exercício de Carlos Carvalho, documento de reconhecimento da posse dos bolivianos pelos tratados anteriores (TOCANTINS, 1998).

Em 3 de janeiro de 1899, sob ameaça de contestação dos limites por parte do ministério do exterior brasileiro na pessoa de Dionísio Cerqueira, o Ministro da Bolívia José Paravicini foi ao Rio Acre e fundou o povoado de Puerto Alonso, e aí estabeleceu instalações alfandegárias, definiu procedimentos de navegação, posse de terras, e legislação judicial (TOCANTINS, 1998).

Os brasileiros exploradores dos seringais em zonas bolivianas quando viram ameaçados seus interesses comerciais, e considerando que os tratados diplomáticos resguardavam legitimidade de posse à Bolívia, dão início a disputa armada. Os donos do poder da Província do Amazonas diante da eminência de contenção dos seus dividendos fiduciários derivados das arrecadações de tarifas do comercio da borracha e os donos do dinheiro da borracha ameaçados de terem seus negócios confiscados pelos bolivianos, se juntam, no âmbito regional, para fazer frente ao avanço da Bolívia. Como a Província do Amazonas não podia assumir declaradamente uma investida contra os bolivianos, pois a Presidência do Brasil, reconhecia a legitimidade das posses da Bolívia, os donos do poder amazonense agem sorrateiramente para insuflar os ânimos dos patrões seringalistas.

No dia 1 de maio de 1899, o advogado cearense José de Carvalho, secretário da Prefeitura Municipal de Manaus, apoiado pelo governo do Estado do Amazonas, Ramalho Junior, juntou empresários locais da borracha e dirigiram-se para Puerto Alonso solicitar a retirada dos bolivianos. Mas nada puderam fazer contra a presença boliviana ao não ser regressar para Manaus.

Não tardou muito, o Governador Ramalho Junior valeu-se do jornalista Luis Galvez Rodrigues de Arias, natural da Espanha, que havia sido atraído pelo auge da economia da borracha à região. Inserido nos meios políticos e sociais percebe o interesse do Governo do Amazonas em garantir o controle do Acre. Conhecido por sua habilidade e astúcia insinuou ao governo interesse em conhecer área para assegurar a presença do Amazonas. Motivado pelos mesmos interesses econômicos e movido pela informação de que os bolivianos estavam com acordos tácitos com os EUA para garantir o domínio efetivo da Bolívia no Acre, o governo do Amazonas aceita a proposta de financiar uma expedição armada liderada por Luis Galvez, disfaçada de expedição comercial de exploração da borracha. Munido de todos os recursos necessários para uma rebelião, Luis Galvez partiu na embarcação Cidade do Pará, com seu grupo de homens, a 4 de junho de

1899, e no dia 14 de julho de 1899, vitorioso, proclama o Estado Independente do Acre¹⁰ e se auto-intitula Presidente do Acre (TOCANTINS, 1998).

Como a Presidência do Brasil permanecia alheio ao processo de ocupação do Acre por brasileiros, nunca admitindo a idéia de considerá-lo nacional, porque o tinha como boliviano pelo ajuste diplomático de 1867 (Acordo de Ayacucho) que dava ciência por parte do Brasil do domínio Boliviano desses direitos de posse ao sul da linha Javali-Beni. Nesse sentido, o Presidente Campos Sales quando informado sobre a rebelião que havia criado o Estado Independente do Acre dá ordens aos ministros da Marinha e da Guerra para irem ao Acre extinguir pacificamente o Estado que havia sido constituído. No dia 15 de março de 1900, Luis Galvez é destituído da Presidência do Acre e se transfere para a Europa, e os bolivianos passam a estabelecer novamente presença em Puerto Acre (TOCANTINS, 1998).

Nova investida contra os bolivianos é organizada pelo, então, governador do Amazonas, Silvério Neri. No dia 16 de novembro de 1900, a expedição Floriano Peixoto, conhecida como Expedição dos Poetas, por agregar em suas tropas, escritores, poetas, jornalistas, parte a bordo do gaiola Solimões em direção a Puerto Alonso, sob o comando do jornalista Orlando Correa Lopes. Mas a operação fracassou. No confronto de 24 de dezembro de 1900, os bolivianos encurralaram os poetas e os forçaram seu regresso para Manaus (TOCANTINS, 1998).

O Ministro da Relações Exteriores da Bolívia, Felix Aramayo, observando que a situação do Acre tornava-se insustentável procura a embaixada inglesa para estabelecer um acordo de arrendamento das terras pertencentes a Bolívia. Através da criação do Bolivian Syndicate “que tinha o objetivo de administrar e explorar as riquezas naturais do Acre, por um período de 30 anos (...) sendo 60% dos lucros para a Bolívia e 40% (...) para os banqueiros anglo-norte-americanos” (TOCANTINS, *ibid*, p. 41) os bolivianos pretendiam definitivamente garantir o domínio político e econômico de suas terras, mesmo abrindo mão de sua soberania, mediante esse protocolo firmado entre os governos Inglês, EUA, e Bolívia.

Este fato de criação do Bolivian Syndicate associado a especulação do cientista Luiz Cruls, diretor do Observatório Nacional do Rio de Janeiro, que admitiu a possibilidade de parte das terras acreanas também pertencerem ao Brasil insuflou os ânimos do Governo brasileiro que considerou inconseqüente a ingerência internacional que poderia advir da ação do Bolivian Syndicate, pois ameaçava a independência das nações latino-americanas.

Diante destes fatos, o governo do Amazonas movimenta-se novamente. O Jornalista Rodrigo de Carvalho, no ano de 1902, encontra-se com José Plácido de Castro, agrimensor, que estava em Manaus para fazer tratamento de sua saúde que havia sido debilitada nos trabalhos de

¹⁰ [fazer referência do conflito]

agrimensura nos seringais do rio Purus. Com bons antecedentes nas frentes de guerra no sul do país, aceita o convite do governo do Amazonas para chefiar expedição de conquista do Acre. Antes, porém, de sair com suas tropas para combate, José Plácido de Castro realiza viagem ao Acre para mobilizar os seringueiros e patrões seringalistas com o objetivo de despertar sentimento de patriotismo e pertencimento das terras em que essas gentes viviam. Estuda a geografia da região, junta os homens mais combatentes e prepara os recursos materiais para a expedição. No seu diário (CASTRO, 1930, reed. 1998) é possível detectar a análise que faz da situação do Acre e de como a utiliza para fazer o chamamento de resistência e mobilização dos acreanos insuflando ânimos de patriotismo e pertencimento nacional como critério para os interessados em participar na frente de combate em defesa do Brasil.

“era uma completa espoliação feita aos acreanos. Veio-me à mente a idéia cruel de que a Pátria brasileira se ia desmembrar, pois a meu ver, aquilo não era mais do que caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-os, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos dos Estados Unidos o emprego da força, e a nossa desgraça em breve estaria consumada” (CASTRO, Idem, p. 43).

O discurso de José Plácido de Castro, para os propósitos deste trabalho, é o primeiro que de forma mais efetiva e explícita mobiliza o componente de pertencimento e patriotismo para adicionar à disputa pelas terras acreanas travada entre os países em litígio. No primeiro momento, podemos dizer que os contendores valeram-se dos tratados diplomáticos, dos acordos e protocolos políticos para tentarem assegurar o domínio das terras em disputa. No momento em que estes recursos expressaram seus limites no entendimento das partes, se partiu para o conflito armado, para o confronto direto nas trincheiras de Puerto Alonso. Nesta fase, apesar de está claro que o confronto envolvia nacionalidades estrangeiras, no caso dos brasileiros, não estava tão evidente que eles lutavam para manter o direito de nacionalidade. Os patrões seringalistas e os seringueiros arregimentos, bem como as personalidades políticas dos governos do Amazonas, à princípio, lutavam e buscavam conquistar o controle das terras acreanas não motivados por uma herança patriótica ou qualquer sentimentalismo de similaridade cultural, o que estava em questão era o controle pela circulação das mercadorias, o controle pelo sistema de impostos, administração das alfândegas, pelo comércio de aviamento, e também a garantia da base material instalada nos seringais, as estradas de seringa e todas as terras e bens materiais e sociais construídos.

Os donos do poder e os donos do dinheiro embora já tivessem feito alianças para alcançar o mesmo objetivo, garantir o controle do novo mercado em expansão nas terras acreanas, os instrumentos políticos acionados ainda permaneciam enredados no circuito estritamente comercial, isto é, os tratados políticos de definição dos limites das fronteiras geográficas que estavam em jogo e os vários instrumentos jurídicos administrativos proclamados como a própria nomeação do Estado Independente do Acre por Luis Galvez de Arias, naquele momento, não trazia nenhum componente que apelasse pelo sentimento de nacionalidade brasileira no sentido de pertencimento das gentes que ali habitavam. O fato de ter sido proclamado o Estado Independente do Acre e não uma Unidade Federada do Brasil indica que a questão de brasilidade não estava colocada no jogo das disputas, mesmo porque o governo brasileiro não considerava legítimo tentar usurpar aquelas terras declaradamente bolivianas. Além do mais, a expedição liderada por Luis Galvez saiu com o objetivo bem explícito de garantir a presença do Amazonas no local e ganhar tempo para que o governo de Manaus pudesse tecer os fios que lhe dessem legitimidade para estender seu poder discricionário aos limites do mercado acreano.

E não sejamos ingênuos, estender o controle sobre a circulação de mercadoria, centralizar as relações de trocas econômicas, definir as rotas de navegação, controlar a circulação dos transportes, implantar sistema de impostos e fiscalização significa deter o controle geográfico, definir fronteiras políticas, manter um exercito forte para guarnecer as fronteiras políticas da presença nacional. Mas ocorre que o despertar da nacionalidade não necessariamente corre de mãos dadas com as primeiras fases de formação das fronteiras nacionais.

Nossa hipótese pelos fatos apresentados é que no caso do Acre, o componente de pertencimento nacional (e depois local) esteve latente nos primeiros momentos de sua história, mas não foram acionados. José Plácido de Castro talvez tenha sido o primeiro, entre os heróis oficiais, que procurou acender e relacionar a chama da conquista do Acre a um processo mais amplo de pertencimento nacional, de ser brasileiro. O uso de termos como patriotismos, sugerir noção de autonomia e independência política diante de ocupação estrangeira, seu empenho em preparar um exercito adestrado e hábil para o combate, conhecedor do terreno onde pisa, demonstrou sua preocupação em conquistar um Acre que fosse brasileiro. Não havia um sentimento de “ser acreano” que pudesse constituir-se num estigma do homem local. Não podemos ser tão presunçosos para pensar que a relação com a natureza já naquela época poderia apresentar-se como o marco de nossas raízes, definidora do ser da “acrianidade”, porque a questão natural recobria toda a região amazônica, brasileira ou não.

Na verdade, não. O sentimento de acreano, se é que havia algum sentimento de acreano entre aqueles nordestinos desterrados e totalmente desabitados nessas terras estava ancorado no

sentimento de pertencimento da pátria brasileira, recém constituída, do sentimento geral de falar a mesma língua e de viver entre gentes de perfil semelhante, marcado por um clima e espaço geográfico diferenciado. A observação do boliviano Dom Lino Romero, Delegado Nacional em Territórios de Colônias, sobre as reservas que tinha acerca da situação do Acre, salienta, pela perspectiva do estrangeiro, os traços que naquele momento caracterizavam os brasileiros residentes em terras bolivianas: “Dom Lino Romero já lhe escrevera carta [ao presidente da Bolívia]: ‘o Acre é nominalmente da Bolívia, porém, materialmente é do Brasil’. Explica: ‘tudo contribui para isso: a imensa distância e obstáculos que o separam do resto do país, a gente estranha que o povoa, a falta de vias de comunicação dentro do mesmo território, e, finalmente, a impossível adaptação de nossa raça a este clima mortífero” (TOCANTINS, 1998, p. 48).

Então foi com esse espírito de sentimento de nacionalidade que José Plácido de Castro embrenha-se no combate de 6 de agosto de 1902, sob a neblina que cobria a Vila de Xapuri. Na madrugada de véspera das comemorações da Independência da Bolívia, Plácido de Castro conquista a Intendência boliviana instalada naquela vila, sob o comando de Juan de Dios Barrientos. No dia 5 de outubro, o exercito de Plácido de Castro rende as forças bolivianas localizadas no Seringal Empresa, hoje cidade Rio Branco. Em 14 de outubro, após 108 dias de combate, todo o Acre, com exceção de Puerto Acre, onde estava localizado o quartel-general da Bolívia, havia sido conquistado (TOCANTINS, 1998).

O combate final com os bolivianos deu-se em Puerto Acre. Em 15 de janeiro de 1903, os combatentes abrem fogo. No dia 24 de janeiro, depois de duros enfrentamentos os bolivianos se rendem, e as duas partes assinam tratado de cessar fogo. Dom Lino Romero, Delegado Nacional em Território de Colônias, transfere as bases bolivianas para o domínio dos brasileiros. No dia 27 de janeiro de 1903, é constituído o Estado Independente do Acre, sendo aclamado como presidente José Plácido de Castro.

Neste momento, o governo brasileiro sob a Presidência de Rodrigues Alves, através da diplomacia de Rio Branco, Ministro do Exterior do Brasil, estabelece com os representantes bolivianos protocolo de acordo de paz (*modus vivendi*) que foi assinado em 21 de março de 1903, pondo ponto final para os litígios entre Brasil e Bolívia. Nesse sentido, foi assinado o Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903 que selava o referido protocolo. Com o Tratado de Petrópolis, o Brasil incorporou em seu território 181.000 quilômetros quadrados de terra. O Brasil ficou responsável por construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para facilitar o trânsito comercial dos bolivianos pela fronteira com Mato Grosso. Além do mais, se comprometeu a repassar 2.000.000,00 de libras esterlinas para os cofres bolivianos.

Então, o governo brasileiro instituiu o Acre como Território Federal pela Lei 1.181 de 25 fevereiro de 1904. E como Território Federal, o Acre é dividido em três departamentos administrativos, autônomos e descentralizados: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. O Departamento do Alto Acre com sede, na cidade de Rio Branco, compreendendo a região dos rios Abunan, Rapirran, Iquiri, Alto Acre ou Aquiri, e Alto Antimari. O Departamento do Alto Purus sediado em Sena Madureira e se estendendo pela região dos rios Iaco ou Hiwaco e com todos os afluentes deste, incluindo o Chandless, o Corunja até as cabeceiras dos mesmos rios. E o Departamento do Alto Juruá com sede, em Cruzeiro do Sul, abrangendo os rios Tarauacá e seus afluentes, e pelo lado do Alto Juruá, incorporando o Moa, Juruá-Mirim, Amonea, Tejo e o Breu até as nascentes dos mesmos rios. Os Departamentos seriam dirigidos por prefeitos nomeados livremente pela Presidência da República (TOCANTINS, 1998; FARIA DA SILVA, 2001).

Importante salientar que embora os propósitos de Plácido de Castro estivessem voltados para conquistar um Acre brasileiro, tal motivação não era incompatível com a estratégia de criação inicial do Acre como Estado Independente, semelhante à proclamação de Luiz Galvez. O que exatamente esses dois episódios juridicamente similares guardam subentendidamente de distinto é o que precisamos pesquisar para limpar alguns entendimentos que turvam a sua significação. O primeiro fato que merece nossa atenção é a idéia de o Estado Independente de Luiz Galvez cumpria objetivos estritamente comerciais no sentido de garantir a presença do governo do Amazonas na área, e como dissemos, naquele momento a expedição de Galvez não saiu puxado por forças nacionais.

Também, estrito senso, podemos argumentar que o Estado Independente do Acre de José Plácido de Castro não servia tampouco as ordens da Presidência da República, porque do mesmo modo que Galvez, Plácido de Castro fez frente de combate sob ordens do governo do Amazonas. O que se diferenciou foi a forma como Plácido de Castro assumiu a liderança da luta projetada. Em primeiro lugar, procurou construir uma argumentação que ligasse a situação vivenciada pelo Acre, da possibilidade de intervenção estrangeira na área através do Bolivian Syndicate, com o interesse nacional dos brasileiros. Um outro elemento diferenciador, em termos de estratégia de guerra, foi que procurou estudar a área, conhecer a região, selecionar os homens mais combatentes, e procurou organizar e treinar, mesmo que em situações adversas, aqueles mais despreparados para o processo revolucionário, enquanto Galvez, como uma aventura, conquistou o Acre quase no grito, negociando astutamente com os representantes bolivianos, embora isso não signifique que o seu grande feito não tenha exercido influência nas ações políticas posteriores, nem que em seus discursos não possam ter soado superficialmente palavras de motivações nacionais, apesar de proferidas por um estrangeiro espanhol.

Em segundo lugar, os desdobramentos das negociações políticas de ambos os expedicionários tiveram atenção diferenciada, e de alguma forma, trouxeram à tona as motivações que estavam encobertas pela aparência. O governo brasileiro quando ficou sabendo da criação do Estado Independente do Acre por Luiz Galvez de Arias, ordenou tropas nacionais de guerra para dissolver imediatamente o governo de Galvez e extraditá-lo, devolvendo as terras ao comando boliviano.

No caso do Estado Independente do Acre proclamado por José Plácido de Castro, obviamente, sendo influenciado pela nova conjuntura dos acontecimentos no país, com mudança da presidência brasileira de Campos Sales, por Rodrigues Alves, da ameaça de intervenção internacional pelo Bolivian Syndicate e do interesse do Ministro do Exterior do Brasil, Rio Branco em promover a incorporação definitiva do Acre ao restante do país, o fato é que efetivamente o Acre é anexado ao Brasil.

Um último desdobramento que nos interessa chamar a atenção acerca do Estado Independente do Acre, independentemente de quem tenha realizado a sua proclamação, foi à condição de que mesmo em si tornando Estado Independente, os governos provisórios do Acre, no caso Luis Galvez ou Plácido de Castro, não tinham autonomia para negociar a constituição de um Território Independente, enquanto unidade com autonomia político-econômica, sem a intervenção direta da Presidência da República do Brasil. Tal constatação nos faz questionar a genérica idéia de que o “Acre escolheu ser brasileiro”, primeiro porque é uma obviedade, pois a questão nacional sempre esteve presente na conquista do Acre, e em segundo, porque os acreanos do Acre, além de serem brasileiros, não tinham poder para por adiante um Estado Independente a revelia das autoridades brasileiras, visto que mais precisamente todo o processo expansionista das fronteiras brasileiras em direção as terras bolivianas, haviam sido impulsionadas pelo próprio governo do Brasil (Província do Amazonas).

Em resumo desses pontos, podemos dizer que isso significa, em primeiro lugar, que deste o início do avanço em direção as atuais terras acreanas, estava colocada embora tacitamente e talvez motivada mais pelo governo local da Província do Amazonas, a questão nacional. Nesta fase expansionista, a presença brasileira através predominantemente de nordestino foi guiada pelo interesse econômico de expansão geográfica do mercado da borracha que se abria favorável as terras na região amazônica pela quantidade de arvores de seringueiras. No período em que os bolivianos e peruanos não interferiam nas relações comerciais brasileiras articuladas pelos mercados de Belém e de Manaus, o negócio da borracha nas terras do Acre prosperou tranquilamente.

Quando as descobertas científicas colocaram a borracha como matéria-prima indispensável à sociedade industrial e a demanda por este produto cresceu vertiginosamente a partir de 1880, os conflitos fronteiriços acirram-se a mesma medida que aumentava a importância econômica da região acreana. Começam as disputas diplomáticas pelo controle do comércio; esgotadas as possibilidades de acordos, inicia-se a luta armada. No meio desse caminho, os donos do poder e do dinheiro brasileiros vincularam o componente de pertencimento a nacionalidade brasileira para ampliar o campo de lutas na fronteira acreana. O domínio econômico e a centralização política das fronteiras e relações de trocas poderiam ser definidas se as gentes locais estivessem comprometidas com a defesa de sua pátria, ou seja, do local onde moravam, de sua língua, de seus recursos naturais. Assim, se põe fim ao conflito entre o Brasil e a Bolívia.

Mas depois do termo de paz selado entre brasileiros e bolivianos, o Peru se levanta para reclamar parte de terras pelo lado dos Rios Purus e Juruá, por onde faz fronteira com o Brasil, alegando que as mesmas pertenciam aquele país. Então foram constituídas comissões mistas para averiguação. Euclides da Cunha e o Gal. Berlamino Mendonça chefiaram os estudos de perícias. Embora em menor intensidade, ocorreu conflito armado no Alto Juruá, envolvendo brasileiros e peruanos. Mas depois de mais de cinco anos de negociações, em 8 de setembro de 1909, foi assinado o tratado de ajuste de fronteiras entre Brasil e Peru. Com a nova configuração político-administrativa, o Território Federal do Acre passou a deter 152.000 quilômetros quadrados. O Brasil cedeu quase 300.000 mil quilômetros quadrados naquelas regiões do Alto Purus e Juruá com presença peruana.

No ano de 1912, o Acre passou por mais uma reforma administrativa. O Departamento do Alto Juruá foi desmembrando e criou-se o Departamento do Tarauacá com sede na cidade de Tarauacá-Seabra. No entanto, a gestão administrativa continuava marcada pela descentralização política. No ano de 1920, o governo federal resolve centralizar a representação dos Departamentos através da figura do governador Territorial, localizado na cidade Rio Branco, nomeado pela Presidência da República. De 1934 em diante, passa a haver eleições para escolha de representação territorial para o Congresso Nacional. Finalmente, em 14 de junho de 1962, o Território Federal do Acre é elevado à categoria de Estado Federal do Brasil, com a aprovação do Projeto de autoria do deputado federal, José Guimard Santos, no Congresso Nacional durante o governo de João Goulart.

Se dissemos que os processos políticos e econômicos que encontraram convergência para a formação do Estado Independente do Acre, do Território Federal do Acre, e finalmente do Estado do Acre advieram de convergência dirigidas pelos homens do poder da Província do Amazonas e mais tarde pelos donos do poder do governo brasileiro, articulados com os donos do dinheiro ou

os padrões seringalistas originários do nordeste ou mesmo vindos do Amazonas, portanto convergências externas ao ambiente do Acre, foi porque naquele momento o Acre não representava um espaço geográfico dotado de sentimento político próprio, de pertencimento social de um povo específico, pois ainda vivenciava seu processo de colonização e povoamento.

Isso pode ser explicado porque as primeiras levas de migrantes nordestinos entre patrões e seringueiros não intencionavam constituir família ou fixar-se nas terras recém-chegadas, pois a idéia era de ir avançando sempre em novas áreas produtivas à medida que o comércio demandava mercadorias. Muito menos os indígenas nativos eram considerados gentes com legitimidade de domínio do lugar, por isso foram expulsos ou exterminados, nas melhores intenções humanitárias foram agregados como mão-de-obra. Nesse sentido, não havia um sentimento do povo do lugar, com linguagem própria, costumes e sentido de pertencimento originário, visto que os migrantes eram forasteiros e os nativos de dentro não tiveram voz para gritar que moravam nas terras do Acre. Então era quase impossível existir, naquele momento, um sentimento de identidade do local. O acreano tinha o único significado de designar as pessoas (brasileiros) que chegaram ao lugar ao qual fazia referência aquele nome, e nada mais que isso.

Tocantins (1998) procurando identificar as várias modalidades de expressões culturais do desenvolvimento que poderiam está presentes no Acre por meio das representações populares, dos hábitos cristalizados nos comportamentos sociais, nos costumes, enfim nas realizações materiais e espirituais que pudessem marcar indelevelmente os acreanos chega à seguinte constatação em 1984, oitenta anos depois de instituído o Território do Acre:

O Brasil é um país muito rico em cultura popular. Seu povo, imaginativo, criador, contribuí para dar imenso colorido à nossa paisagem humana. Seja através do folclore, do artesanato, da música popular, da literatura de cordel, e tantas outras manifestações. Quanto ao caso do Acre, ainda não existe uma cultura popular definida, em termos especificamente locais embora já estejam se delineando valores originais nascidos no seio da sociedade acreana. Em capítulo anterior, tratou-se sobre o Estado-jovem, seus desbravadores nordestinos, sua população (grande parte itinerante). Naturalmente na fase heróica, isto é, da formação histórico-social, que terminou com a incorporação do território do Brasil. Ir ao Acre mesmo depois de ser unidade brasileira, era aventurar-se. Os que desejavam, no comércio, nas profissões liberais ou na administração pública, iniciar carreira, valia a pena tentar. Mas, na primeira oportunidade, retornavam ao seu lugar de origem (TOCANTINS, p. 72-73).

Esse processo foi se constituindo no desenrolar da trama histórica de formação do Estado do Acre e provavelmente se conformaria com mais nitidez a partir dos anos 1970-80 quando, pela primeira vez, de forma mais explícita o jogo do poder político e econômico vai demandar alterações nas relações de forças políticas e econômicas, dentro de um tabuleiro de forças sociais emergentes que passam a questionar o status das autoridades políticas vigentes, mexendo assim na posição dos agentes, diversificando as mercadorias e fazendo frente no jogo do poder do Estado. É nesse contexto, que a questão da identidade do acreano, através do apelo pela preservação dos recursos naturais – das florestas de seringueiras – vai ser acionada como componente geral estratégico para redefinir os rumos do desenvolvimento local moldado pelos contornos culturais do ambiente local. Nesse sentido, a questão da identidade local, pela via de uma mentalidade ambiental, e mesmo de um regionalismo marcado por expressões culturais (tipo de linguagem, alimentação, música, poesia, visão sobre a natureza) que não podem ser vislumbrada fora do estreito vínculo que mantém com o processo de desenvolvimento econômico e político.

Não dá para falar, portanto, de um acreano em si enquanto representação ou imagem, senão dos acreanos ligados aos projetos políticos e econômicos de desenvolvimento local. Na continuação de sua análise sobre as manifestações culturais dos acreanos, Tocantins (1998) completa:

De quarenta anos para cá houve uma sensível evolução. Hoje existe uma sociedade que tem ânimo de fixar-se, de construir lar para toda a vida. Sociedade que se estabiliza, graças às facilidades de transportes, de comunicação, e da existência da rede de ensino para a educação dos filhos: do primário à Universidade. Terra onde o povo dispõe de rede hospitalar, assistência sanitária, boa clínica médica. Comércio que tem de tudo. Prepara-se o Acre para criar seus próprios valores, inclusive os de cultura popular. Já existe em funcionamento a Comissão Acreana de Folclore, destinada a estimular as manifestações folclóricas. O Governo criou, recentemente, a Fundação de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, Cultura e Desportos, cuja ação prioritária dirige-se à cultura popular, na preparação de pessoal especializado, com objetivo de realizar um programa de resguardo, valorização e promoção dos valores culturais, inclusive os populares (TOCANTINS, p. 73)

Foi por esses motivos que o Acre alçado a estatuto de Estado Federal do Brasil continuou a sofrer as intervenções das convergências externas até aproximadamente igual período em que começam a aparecer as primeiras manifestações populares de conotação políticas e econômicas. Pois depois do Acre federal, as convergências externas deram-se no sentido mais restrito, isto é, enquanto desclassificação das gentes locais da direção do regime político dos governos departamentais constituídos no Acre. Não foi arbitrário que quando se criou o Território Federal do Acre, a nomeação dos cargos de prefeitos departamentais tornou-se prerrogativa da Presidência da República.

Essa situação vigorou praticamente até 1982 quando começa o processo de abertura lento e gradual para eleições livre no país, que acabava de sair do regime militar, e quando no âmbito local, os movimentos sociais de resistência dos trabalhadores do campo e da cidade se insurgem trazendo um conjunto de demandas e reivindicações políticas e econômicas, de participação social e melhoria das condições de trabalho.

Por quase 80 anos o Estado do Acre esteve subordinado ao controle diretivo da União¹¹ que indicava os representantes do governo local, na sua maioria de outras regiões do país, e como consequência disso, subordinado os traços gerais das políticas de desenvolvimento nacionais. Não estamos esquecendo de mencionar o período em que José Augusto de Araújo assumiu o poder mediante eleições livre, quando o Acre foi elevado a categoria de Estado, em 1962. Como o período foi tão curto, torna-se praticamente insignificante para o cômputo democrático.

Apesar de personalidades do Acre exercerem cargos de representação no Congresso Nacional e Assembléia Legislativa, já a partir de 1934, isso não implicou em alterações no jogo de forças políticas primeiro porque, os donos do poder locais, fragilizados localmente não detinham nem a direção de seu estado, inseriam-se de forma subserviente aos interesses das grandes regiões do país e passavam a ser correia de transmissão das convergências externas no âmbito local, no que diz respeito as políticas de desenvolvimento. Certamente mesmo estrangidos, eles também se beneficiavam delas.

Essa fase pode ser constatada concretamente analisando o período da economia da borracha no momento pós-constituição do Território Federal do Acre, em 1904, quando a economia permanecia puxada pela exploração da borracha e estabelecia relações econômicas e políticas extremamente hierarquizadas, onde os seringueiros vinculavam-se aos patrões seringalistas por laços de endividamento compulsório e trocas comerciais desiguais (na venda e compra de mercadorias), destituídos de qualquer força política de representação, ao mesmo passo, os patrões seringalistas apesar do controle do poder político e econômico nos seringais estavam enredados de

¹¹ Conferir quadro dos governadores e prefeitos departamentais nas tabelas em anexo I.

forma subordinada aos portos de Belém e Manaus, em termos tarifários e comerciais, por exemplo, e necessitavam se acercar dos agentes políticos do Estado de forma misericordiosa para assegurar possibilidades políticas para apoio de suas atividades econômicas.

Não resta dúvida, que passados as duas primeiras décadas do século XX, durante as quais os agentes dominantes locais ainda gozavam de relativo conforto econômico, embora fossem politicamente frágeis nas suas relações comerciais junto as Casas aviadoras de Manaus e Belém, assim como dos interesses do poder da União e de grupos econômicos internacionais, cada vez mais eles procuraram se amparar nas políticas governamentais com o objetivo de manterem reprodução social e econômica de seus interesses. É importante lembrar, que a maior aproximação política dos grupos locais ao poder governamental se deu de forma simultânea ao enfraquecimento da economia da borracha¹².

No caso desses grupos sociais locais economicamente dominantes envolvidos na economia da borracha, eles adquiriam sua legitimidade política mais pelo respaldo dos poderes oficiais constituídos do que precisamente pela defesa dos interesses locais/regionais do conjunto da população (índigenas, trabalhadores rurais, pequenos artesãos), embora houvesse toda uma “mentalidade governamental” desses senhores em garantir a confiança e tutela de seus subordinados. O que deixa transparecer que a legitimidade política dos governos decorria menos das forças trabalhistas de base local que refletisse os diferentes interesses sociais em disputa e mais pela acomodação adaptativa dos seringalistas aos donos do poder político, convergentes àqueles apoios dos mecanismos governamentais, dos quais a massa de trabalhadores rurais ficava alijada de participação e excluída dos benefícios gerados.

Desse modo, a história política e econômica do Acre, seu processo de formação e desenvolvimento recente, num certo sentido, (se me é possível esticar demasiadamente os casos) pode-se dizer que se assemelha ao processo de transição político-econômico iniciado a partir século XIX e que resultou na constituição dos Estados-Nação, na conjuntura da Revolução Francesa, conforme caracteriza Hobsbawn (1988, apud Santos, 2002), principalmente no que diz respeito aos vários aspectos – por exemplo, demarcação de território, criação sistema de impostos, formação das bases de uma economia local, assimilação de diferentes grupos sociais, criação do sentido do

¹² O caso do Acre é sintomático da situação brasileira que vigorou durante o período que compreende toda a República Velha e tem seu ponto de estrangulamento no Estado Novo, em 1937. O sistema coronelista, que, segundo Victor Nunes Leal (1997) era o traço da política representativa nacional, do ponto de vista mais geral, significava a aproximação da figura do Estado ao poder privado dos coronéis locais ocorrendo exatamente num momento em que o setor produtivo (açúcar, café, no caso do Acre, a borracha) se encontrava em fase de deterioração econômica, o que resultava na intervenção estatal na economia. No mesmo passo, os coronéis se acercavam do Estado numa situação de fragilidade político-econômica estabelecendo uma relação de dependência e complementariedade auto-alimentada.

pertencimento simbólico do grupo originário – que marca indelevelmente o caráter próprio de uma dada formação social (no caso aqui, a formação do Acre), localizada em zona de fronteira com litígios latentes entre Brasil, Bolívia e Peru.

No decorrer das décadas de 70 e 80, processam-se transformações profundas na sociedade regional, que modificariam bastante o cenário sócio-econômico. No período pós-70 alteraram-se as estratégias de desenvolvimento para a Amazônia. O brusco declínio do extrativismo do látex para a produção da borracha, a partir de 1912 devido à alta produção de borracha nos seringais de cultivos do Oriente, deu-se de forma convergente com a substituição da principal atividade econômica da região – supridora da indústria bélica da Europa e dos Estados Unidos – logo que os militares ascendem ao poder do Estado, a partir de 1964. Nos governos militares, as estratégias de desenvolvimento estavam alinhavadas na idéia da integração das fronteiras nacionais, industrialização e expansão das fronteiras agrícolas em direção a Amazônia. “Integrar para não entregar” foi à palavra de ordem do governo de Juscelino Kubstchecker, que prometeu fazer “cinquenta anos em cinco” nos seus programas e metas de desenvolvimento.

No Acre, os conflitos por terra no campo se intensificaram nesse período e refletiram as contradições desse modelo de desenvolvimento que dividiu o estado praticamente ao meio. A falência dos seringalistas e a venda dos seringais para os empresários, especuladores e fazendeiros do centro-sul do país resultariam na expulsão de milhares de seringueiros de seu tradicional modo de vida marcado pela vida na floresta e a conseqüente devastação de grande parte de suas áreas florestais, extração madeireira em larga escala e pecuária extensiva.

No plano político governamental a crise no campo havia sido agravada pela política do governo de Wanderley Dantas, que buscou, através de incentivos fiscais, introduzir inovações técnico-produtivas no setor primário para a expansão da fronteira agrícola na região. Então, propagaram-se, anúncios de incentivos fiscais aos interessados do Centro-Sul do país em investir no Acre, que, associados ao rebaixamento dos preços das terras, aqueceram o mercado fundiário, atraindo para a região empresários e especuladores, muitos deles com vistas à implantação da pecuária extensiva e exploração madeireira. Isso proporcionou a desativação maciça dos seringais nativos e acirrou os conflitos fundiários, uma vez que as propriedades de terras rurais estavam indefinidas, com a agravante dessa região se situar em zona de fronteira. Por diversas formas, a administração de Dantas colocou-se ao lado dos novos proprietários e, em diversas ocasiões, a polícia interveio em favor dos mesmos e contra os trabalhadores rurais.

Com a eleição de Geraldo Gurgel Mesquita (1976-1980) para governo do Estado muda-se a direção da política econômica, e se acelerou a formação dos sindicatos rurais. O governo de Geraldo Mesquita incentivou o incremento à produção agrícola como possibilidade de fixação das

populações rurais nos seus locais de origem, o que se constituiu uma de suas principais políticas, em termos produtivos e sociais. Na perspectiva de promover a consolidação de uma classe média agrária e tentar solucionar os conflitos por terra, o governo criou, entre 1975 a 1979, os Núcleos de Apoio Rural Integrado - Naris¹³, objetivando assentar pequenos produtores rurais e extrativistas, e o Projeto Redenção¹⁴ com capacidade para assentar 500 famílias rurais (Souza, 1995; Paula, 1998).

Tanto os Naris quanto o Projeto Redenção objetivavam oferecer ao homem do campo um conjunto de serviços técnicos e sociais, como forma de evitar o êxodo rural. Entre suas metas, previa-se elevar o nível de produção, implantar escolas de 1º e 2º graus, postos de saúde, armazéns, serviços de assistência técnica, linhas de crédito (através do extinto Banco do Estado do Acre - Banacre) levando o banco até o produtor, para que o mesmo pudesse fazer o financiamento. Em cada núcleo, havia também tratores agrícolas com implementos. A Companhia de Colonização do Acre - Colonacre passou a realizar serviços de revenda de sementes, adubos e defensivos agrícolas.

De modo geral, a política econômica do governo de Geraldo Gurgel de Mesquita pretendia consolidar um plano de Integração e Desenvolvimento localizado, priorizando pequenos e médios produtores agrícolas, bem como pretendia conter a expansão dos compradores de terras do Centro-Sul do país e desativar a política de incentivos à aquisição das mesmas. Havia uma preocupação também voltada para os problemas sociais causados pelo êxodo rural. A chegada dos seringueiros/posseiros e colonos aos centros urbanos trazia como conseqüência a progressão de problemas sociais tais como: criminalidade, violência e prostituição, desemprego e subemprego e falta de moradia, ultrapassando os serviços de infraestrutura básicos, físico e social. A solução para esses tipos de problemas seria parcialmente encontrada na criação de assentamentos rurais (Paula, 1998; Alves, 1995; Domingos Neto, 2004).

Convém lembrar que Geraldo Mesquita governou o Acre no mesmo período em que Ernesto Geisel presidia o País. Nesse período, deu-se início à abertura “lenta” e “gradual” do regime militar para o processo que se convencionou chamar de “redemocratização”. Contudo,

¹³ Sobre o Governo de Mesquita e os NARIs ver, dentre outros, Costa (1993) e Ribeiro e outros (1993).

¹⁴ O Projeto Redenção tinha como objetivo principal assentar famílias, sobretudo aquelas oriundas de outras regiões do país que quisessem se estabelecer no Acre. Por isso, uma de suas características principais era de ser constituído por famílias vindas das regiões centro-sul do país, com maior tradição agrícola que os acreanos e por famílias de acreanos, formada de ex-seringueiros que já moravam no local com a criação do Projeto Redenção. Vejamos o que disse Raimundo Viana, principal responsável do governo pelo projeto na época: “A intenção nossa era de absorver na realidade o nosso seringueiro. Essa era a concepção inicial. Mas aí a gente começou a ver essa dificuldade cultural. Aí nós estabelecemos uma faixa de 20, no máximo 30% dessas pessoas (assentados do Centro-Sul) que seriam colocadas estrategicamente dentro do lote de forma que a gente tinha 1 módulo com 16 lotes. Então ali dentro teríamos 5 agricultores que iriam transferir as suas informações e ao mesmo tempo receber informações da Amazônia que esse pessoal precisava ter. Mas na verdade, isso foi o que a gente pensou enquanto projeto. Mas quando a coisa começou a acontecer na prática a gente não seguiu rigorosamente este percentual. Um pouquinho a mais...” Entrevista concedida em Rio Branco, 1998.

ainda se convivia num contexto de atos institucionais. Talvez o fato de Geraldo Mesquita ser ex-partidário do PCB, de ser ligado aos empresários e oligarquias locais (contrários aos “paulistas”) e manter uma relação de amizade com o presidente Geisel ajude-nos a explicar porque aquele governo assumiu uma postura política avessa à expansão dos “paulistas”. Inclusive sua indicação para administrar o Acre, sugere-se, veio de uma escolha pessoal do presidente¹⁵. Uma de suas primeiras medidas foi afastar a polícia dos conflitos de terra e tratar a situação fundiária como um problema político e social. Por esse motivo, foram criados os NARIs e Projeto Redenção, mencionados anteriormente.

Em articulação com a coordenação da Sudhevea, à época, Geraldo Mesquita conseguiu que o seringal tradicional tivesse significativa importância dentro da Superintendência, o que resultou em linhas de financiamento para reabertura de plantações de seringueiras e a abertura de colocações que estavam desativadas nos seringais através dos Probor I, II, III. Por outro lado, houve uma certa preocupação em apoiar os seringueiros “autônomos”, quer dizer, aqueles que não tinham mais vínculos com o “barracão”, através da atuação da Cobal (armazém de alimentos) que instalou vários postos na região do Vale do Acre, para fornecer alimentos diretamente aos seringueiros a preços mais baixos que os praticados pelo avião feito pelos intermediários (“marreteiros”), também conhecidos como “regatões”.

No âmbito político, o discurso do governo estadual, muitas vezes, convergiu com os discursos da Igreja e da Contag. Na criação do STR de Xapuri, em 77, por exemplo, Geraldo Mesquita foi eleito presidente de honra pelos representantes sindicais para acompanhar o processo de formação da organização sindical.

Todo esse processo se estendeu e foi influenciado pelo período de transição política, no princípio da década de 1980, em que a experiência democrática tenta se consolidar no país, mas num momento contraditório de difusão do pensamento neoliberal e de reestruturação do Estado que se alonga com maior intensidade na década de 1990, levando à deterioração de alicerces da vida democrática, do espaço público, ao mesmo passo, que se fortalecem os processos de representação dos trabalhadores e dos segmentos subalternos do campo e da cidade.

O tema ambiental emerge com urgência e os movimentos feministas se projetam no espaço político institucionalizado. Tudo isso, leva a uma nova configuração social e coloca em cena sujeitos políticos antes invisibilizados dos processos de desenvolvimento. Os embates políticos em torno da definição dos rumos do desenvolvimento local, no Acre, vão expressar esse momento,

¹⁵ Prof. José Fernandes do Rego, ex-secretário de agricultura do governo Mesquita, em entrevista concedida no dia 09-01-93 (apud Ribeiro, 1993).

mudando posições e idéias que vão fazer frente aos desafios colocados para a economia política do desenvolvimento local.

4. Os processos sócio-econômicos: expansão comercial e ocupação produtiva das terras do Acre

Antes que os objetivos políticos estivessem cabalmente explícitos, foram os desígnios econômicos que exerceram a pulsão geral pelo processo de avanço às terras do Acre. A demanda por borracha natural no circuito do comércio internacional foi o estímulo motivacional que levou à expansão e ocupação dessas áreas desconhecidas no extremo sudoeste da região Amazônica. Esse movimento expansionista que atraiu migrantes do nordeste do país, principalmente, instalou os marcos embrionários da economia nas terras acreanas, que nesse primeiro momento, desenvolveu-se priorizando as relações de trocas internacionais de longa distância, hierarquizadas economicamente e desiguais socialmente, em detrimento da produção econômica de base local, de um circuito comercial interno, que amparasse o conjunto dos trabalhadores. Os abalos e crises dessa economia dominante pelos quais a produção de borracha natural expressaria sinais de esgotamento quase terminal abriram espaços econômicos por onde foram se desenvolvendo pequenos vultos da produção local de subsistência, que ao mesmo tempo, produziu um sopro de lucidez política, necessário a que os trabalhadores ligados subordinadamente a economia dominante pudessem propor alternativas de desenvolvimento local destituídos das amarras comerciais que anteriormente lhes prendiam. Esse processo resultou na formulação de um novo projeto político de desenvolvimento para o Acre, que começou a se esboçar a partir dos anos de 1970-80, quando estouraram os conflitos sócio-econômicos e políticos. Mas os contornos das perspectivas econômicas e políticas ressoaram de maneira distinta nos dois principais centros comerciais e políticos do estado, Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

O marco histórico do processo de ocupação e formação do Acre, no plano econômico, associa-se ao movimento de expansão geral do comércio internacional de longa distância para a incorporação da Amazônia. O século XIX¹⁶ representa particularmente este período quando as relações de trocas econômicas recebem forte impulso tecnológico e racionalização do saber científico que promoveram o aumento da capacidade das máquinas de incrementarem a produção

¹⁶ Elias analisa que o longo processo civilizador do ocidente tem suas origens no final da Idade Média, séculos XII-XIII, quando nestes períodos começaram a germinar as bases da sociedade moderna. Uma nova classe social – os burgueses – começa a emergir e a criar as possibilidades de confronto com as forças senhoriais dominantes do *ancien régime*. Com a formação dos primeiros Estados no século XV (absolutistas) moveram-se dois grandes processos sociais entre os homens – as relações de troca e regimes políticos – em escala e intensidade variadas, que foram impulsionados simultaneamente por revoluções lentas e sucessivas que desenhavam seu caminho no exato momento em que as disputas política e econômica irrompiam nos seus contextos sociais determinados (ELIAS, 1993).

de mercadorias. Na Amazônia, esse primeiro momento de penetração foi caracterizado pela busca das chamadas drogas do sertão, pau-rosa, do caucho, da balata, utilizáveis para a alimentação, construção naval e para a indústria farmacêutica da Europa Ocidental.

No período subsequente a 1850, com os delineamentos das fronteiras territoriais amazônicas, inaugura-se o ciclo da produção da borracha para abastecer a moderna indústria européia e norte-americana. Nessa quadra histórica, a primeira fonte de acumulação do capital para o desenvolvimento da empresa seringalista na região, sob a lógica do comércio internacional, permanece nas mãos de estrangeiros, de portugueses e ingleses (BENCHIMOL, 1977).

Sincronizado ao comércio internacional de longa distância desenvolvem-se os processos migratórios de ocupação populacional da região a partir de 1850. Embora os dados estatísticos não sejam absolutos, estima-se que de 1877 a 1900 provavelmente tenham se deslocados para a região amazônica aproximadamente 158.125 nordestinos-cearenses¹⁷. Nesse sentido, a migração estabelece íntima ligação com a economia da borracha, e o imigrante nordestino-cearense constitui o elemento humano para a formação social e econômica desse empreendimento que se formava. Tais tipos humanos que para cá si dirigiram juntaram gentes de praticamente toda a espécie: “generalizou-se aventureiros quase nômades, vagabundos de toda espécie, operários desclassificados, agricultores desenraizados, tipos rurais e urbanos a procura de emoção econômica e psicológica para sua aventura e viagem” (BENCHIMOL, 1977, p. 153).

Segundo Benchimol (ibid, p. 153), esse perfil de gente vai caracterizar um tipo de “economia instável, aleatória, fazendo povoamento efêmero. Aonde apareça perspectiva de fortuna ou uma lenda criando um ‘foco-de-apelo’, haverá ímpeto povoador andando atrás de enriquecimento, uma projeção de gente fazendo bandeira (...) uma economia mística (em busca do El-Dorado) para uma gente incrédula”. Tal visão sobre o segmento social que se direciona para a região amazônica praticamente se assemelha à índole dos colonizadores portugueses que chegaram ao Brasil. O mesmo espírito¹⁸ aventureiro de busca pelo desconhecido, a profecia da exuberância e

¹⁷Benchimol adverte que a história da produção da borracha não começa em 1877, pois existem registros que relatam imigrantes em direção a Amazônia desde 1850. O ano de 1877 indica a súbita migração em função da grande seca nordestina. Segundo ele os relatórios das províncias descrevem o princípio desse movimento: “Das comarcas de Gurupá e Santarém, das Províncias do Pará, tem entrado para os rios Madeiras e Purus alguns milhares de pessoas que neles se dedicam à indústria extrativista. Artur Reis diz que nessa época vieram em grande quantidade que somados a quantos lá se encontravam, ascendiam, só no Alto Madeira, 1858, a cinco mil pessoas (5.000). No ano de 1869, entraram em Manaus 1.676. Vieram maranhenses seduzidos por Rocha Thury. Em outubro de 1869 chegou a primeira leva de cearenses. Era de 50 homens da serra de Uruburetama, dirigidos pelo pioneiro João Gabriel de Carvalho e Melo, para fixarem-se no Baixo-Purus (BENCHIMOL, 1977, p. 182).

¹⁸ Benchimol, ao que parece, atribui relativa herança psicológica ao migrante nordestino que se dirigiram para a Amazônia de matriz portuguesa, porque como um nativo que é da região tem na imagem indígena seu ponto de apoio para se contrapor ao apelo simplesmente econômico. Embora haja muitas controvérsias sobre as relações de trocas desenvolvidas pelas comunidades indígenas ao longo da história social, na Amazônia, Benchimol encontrou um tipo contrário ao estilo extremamente destrutivo movido só pela cobiça exploração. Segundo ele, os nativos originários desta região Norte do país eram dotados de um espírito praticamente contrário ao do migrante nordestino. Os caboclos eram

riquezas naturais, o interesse exclusivo de ganhos econômicos e o relativo desprezo pelas terras recém-ocupadas.

No plano mais geral, podemos dizer que naquela época não vigorava entre os migrantes nordestinos que para cá vieram à idéia de povoamento destes territórios porque os mesmos não planejavam fixar moradia definitiva nestas zonas, simplesmente buscavam melhores condições econômicas para posteriormente regressarem para seus locais de origens¹⁹. Não podemos esquecer, contudo, que a simples ocupação temporária para o trabalho nos seringais demandaria a consolidação de bases de povoamento mais sólidas para suprir e abastecer a organização comercial em formação, aonde seriam integradas essas gentes que passariam a trabalhar num circuito comercial para atender a demanda dos produtos de interesse econômico.

Sob o ponto de vista da lógica estritamente econômica, o tipo antropológico que migra para a Amazônia, em particular para a região do Acre, combina perfeitamente com os objetivos da economia da borracha para exportação. Sem desenvolver sentimento de enraizamento pela terra a que se destina e motivado pelo enriquecimento, esse andarinho errante que sozinho veio dos sertões nordestinos se integraria às condições de vida às mais adversas possíveis, como o isolamento ao meio ambiente inóspito a que se adaptaria, a submissão às relações comerciais e de trabalho às quais se vinculariam, tudo isso suportaria pela crença no subterfúgio motivacional da promessa genérica do eldorado de que um dia regressaria para suas famílias em condições de prosperidade material.

Nesse sentido, é ilustrativo o fato inicial da colonização se deter na exploração dos produtos de mais fácil extração como os produtos extrativos, a madeira, as peles de animais. A produção da agricultura e pecuária, por exemplo, somente ocorreriam em momento futuro com a sedimentação das bases sócio-produtivas – o café, o guaraná, a banana, a pecuária, o arroz, a mandioca. Tudo isso foi reflexo da forma como a economia amazônica vai se integrando aos mercados de exportação, caracterizando-se pela realização de um desenvolvimento mercantil integrado internacionalmente em bases de circulação de bens e força de trabalho, conectando os

um tipo curiosíssimo de gente. Não detinham a mesma lógica econômica posto que não se moviam por um espírito de ambição econômica pelo lucro, assim como praticavam um incomum instinto de defesa e aproveitamento dos recursos naturais, vivendo basicamente em função de seu meio natural e geográfico e desenvolviam uma economia extrativa do menor esforço ('do só chegar-e-apanhar'), sem vexame ou afobamento (BENCHIMOL, 1977, p. 172).

¹⁹ São sintomáticos os nomes das colocações que sinalizam para o estado da alma daquele migrante nordestino que procurava guardar a lembrança de suas raízes através de nomeações dos locais onde foram residir que fizessem referências aos lugares dos quais vieram. Uns exprimiam tristeza, outros confiança, outros ainda revolta e ironia: Colocação Silêncio, Desterro, Saudades, Novo Destino, Nova Esperança, Bom Destino, Nova Vida, Oco do Mundo, Perseverança, Vista Alegre, Firmeza, Novo Amparo, Canto Escuro, Triunfo, Por Enquanto, Boa-Fé, Regeneração, Vai Quem Quer, Mundo Novo, Novo Encanto, Valha-me Deus, Desengano, Piedade. Ou a saudade, a nostalgia da terra distante: Baturité, Crato, Sobral, Nova Olinda, Maceió, Natal, Fortaleza, Alagoas, Canindé, Acaraú, Mucuripe, Ibiopaba, Aracati, Quixadá, Itu" (TOCANTINS, 2001, p. 191).

diversos pontos de produção de borracha amazônica aos seus entrepostos comerciais na Europa e EUA numa relação de dependência e subordinação social e econômica hierarquizada.

Talvez por esse motivo, esse primeiro contato dos migrantes de origem nordestino-cearenses com os grupos originários tenha prefigurado a dominância da economia de produção da borracha, pois era a mais lucrativa, para a efetiva instalação da empresa seringalista atender o comércio de exportação em detrimento da base da economia doméstica nativa que estava calcada na produção em pequena escala de outros produtos extrativos além da borracha, como a coleta de castanha, a produção de piaçaba, plantios de cacau, guaraná, mandioca, e atividades pesqueiras. Os instrumentos e equipamentos de trabalho dessa economia doméstica também eram os mais rudimentares e consistiam na utilização de pequenos artefatos culturais como a cuia, o tipiti, o anzol, o arpão e a tarrafa.

Nota-se que não foi à qualidade da terra o motivo da atração humana às regiões do Acre, como ocorreu, por exemplo, no Nordeste do Massapé, onde ao lado da cana-de-açúcar, criaram raízes as casas-grandes e as senzalas. Nem qualquer veio do ouro, ou mina de diamantes, nos acontecimentos da ‘marcha para oeste’ durante os séculos XVII e XVIII. Se manancial de ouro houve no Acre, não era de ouro, era de leite. Aí não se perdia tempo em outra coisa senão extrair leite de seringueira. Nenhuma agricultura era praticada, isso era desperdiçar tempo: derruba de mata, preparo do terreno, semeadura, colheita. Não havia necessidade de produzir porque tudo vinha de Belém, de Manaus, da Europa (Benchimol, 1977).

Também não é menos importante o fato desses migrantes nordestinos não deterem o conhecimento do lugar para onde vieram. O tipo de povoamento que marcou Acre no momento de sua formação sem fixa definição “caracterizou-se pelo seu aspecto de nomadismo. O homem, assim lançado à terra, não se adaptava, não a cultivava, nela não se firmava, principalmente porque lhe faltava a segurança da propriedade estabelecida em leis garantidoras, que em geral, não se acercava da família. Faltando esses liames, permanecia o tempo necessário à volta das chuvas na terra natal para onde regressaria às primeiras notícias do bom tempo cearense” (WOLFF, 1999, p. 84).

Como resultado conseqüente e adaptativo desse processo tem-se a geração de dois tipos distintos de economia produtiva que se mesclaram lentamente, mas de forma hierarquizada, relegando às habilidades indígenas de conhecimento da terra e da floresta e despertando neles um sentimento de inferioridade social, além de ter submetido os germes embrionários de uma economia local. Os cearense-nordestinos que aí se estabelecem politicamente dominante, em nada se pode competir com eles na corrida para a implementação da economia de produção da borracha (BENCHIMOL, 1977).

Neste aspecto, Benchimol (ibid) chama atenção para a formação de duas Amazônias quase sem comunicação de uma com a outra. A primeira vivendo exclusivamente em função da produção da borracha, precipitada, inquieta e excitante, localizada entre os seringueiros do Acre, dos balateiros do Juruá, dos caucheiros do Abunã, dos comboieiros e mateiros de Xapuri. Uma Amazônia vivendo à custa da exploração destrutiva das espécies exploradas, com o desejo de acabar e voltar. A outra Amazônia das marombas e dos currais do Baixo-Amazonas, dos oleiros e vaqueiros do Marajó, dos castanheiros de Maués, dos piaçaveiros do Rio Negro, dos mariscadores e viradores do Solimões, e recentemente, dos juteiros de Parintins.

Os relatórios de províncias como a do Amazonas corroboram com esta perspectiva quando relatam o estado da economia doméstica:

...abandona-se a agricultura, escasseia o braço, desaparece o roçado. Todo mundo se dirige para os seringais (...) é a única indústria que empolga todas as forças vivas da província, queixam-se os homens do tempo (...) a incipiente agricultura colonial desorganiza-se. A borracha com sua força monopolizadora esteriliza todas as outras atividades. Tudo conspira contra a agricultura. Há povoações nesta província (do Amazonas) em que não se encontra, senão com extrema dificuldade, uma ave doméstica. Não se vê um pé de milho, nem uma planta de horta, nem uma árvore de fruta (BENCHIMOL, Ibid, p. 174-5).

Miguel Jeronimo Ferrante, em sua obra literária *O Seringal* (2007), escrito 1963, trata das relações sociais desiguais que se desenvolveram em um seringal chamado Santa Rita, nas proximidades da cidade de Rio Branco, no Vale do Acre, relata que uma das proibições impostas aos seringueiros, por exemplo, era a de não se permitir plantar agricultura de subsistência, roça, nenhuma²⁰. Toda a terra devia ser destinada ao uso exclusivo para a seringueira assim como todo o trabalho. O descumprimento desta norma resultava em penalidade pelo coronel. “Isso porque quase tudo vem de fora. O Acre só produz mesmo borracha e castanha, está jungido a um comercio aleatório. A exportação de pele é atividade subsidiária” (FERRANTE, 2007, p. 152).

Tem-se, portanto, que em todo o período anterior aos anos 1940, os seringueiros eram impedidos de exercer qualquer outro tipo de atividade produtiva – como agricultura e criação de pequenos animais, por exemplo – que não fosse à extração de látex para a produção da borracha.

²⁰ Não vai ser casual o fato dos primeiros focos de resistência dos seringueiros, com maior intensidade em princípios dos anos 1970, trazerem como reivindicação a liberdade para a realização de plantios de roçados para o abastecimento familiar e a diminuição dos gastos em aviamento.

Os patrões seringalistas exigiam que todo o tempo de trabalho do seringueiro fosse dedicado exclusivamente à extração de seringa (O'DWYER, 1998). De forma resumida, Lima procurou sintetizar o conjunto de normas que vigoraram no seringal daquela época, donde uma das restrições referia-se as proibições das atividades agrícolas, de criação e caça:

Por todos os meios, [o patrão] buscava esclarecer o sentido do regulamento que para fins práticos, podia ser resumido apenas em dois dispositivos... de que antes de mais nada, ficava expressamente proibido de plantar, de caçar ou pescar. Tinha de consagrar o tempo de trabalho, numa faixa média diária de 12 horas, somente à extração de borracha conforme as instruções que recebia oportunamente. Ficava obrigado a se aviar, exclusivamente, no armazém do seringal. Semanalmente, se o centro fosse perto. De quinze em quinze dias, se mais distanciado (Lima, 1970, p. 90-91).

Não queremos dizer com isso que as atividades de produção agrícola e mesmo o comércio de borracha sejam atividades que se desenvolveram após a primeira metade do século XIX, por volta de 1870, como situam alguns autores (Silvio Simeoni, 2003), porque essas práticas produtivas faziam parte do modo de vida das populações indígenas que aí viveram desde tempos remotos. E mesmo nas colocações dos seringueiros era comum encontrar além de plantios como arroz, feijão, cana-de-açúcar como plantios de frutíferas como goiaba, caju, mamão, laranja. E é certo que o comércio e a exploração das florestas vinham ocorrendo *pari passu* à procura do Eldorado.

O período marcado pela circulação das drogas do sertão, como ficou conhecido o comércio de especiarias como cravo, canela, cacau, baunilha, puxuri, salsa, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, pimenta acusam relações de troca bastante ativa no decorrer dos séculos XVII e XVIII, sem esquecer a proveitosa mercancia dos holandeses que trocavam aqueles produtos com os índios, e ainda faziam à exportação da carne do peixe-boi (BENCHIMOL, p. 110).

A cana de açúcar, o café, o algodão, o tabaco, o arroz eram cultivados intensivamente, de preferência nas cercanias de Belém e nas margens dos rios próximos (p. 111). Segundo Benchimol (*ibid*) Martius de passagem por Belém em 1819, é quem dá um depoimento do comércio da época: a Inglaterra importava do Pará algodão, cacau, café, salsaparrilha, castanhas-do-maranhão, pau-amarelo, couros. O rol de Portugal incluía arroz, algodão, cacau, café, pau-amarelo, canela em pó, salsaparrilha, nozes e madeira de construção naval. E salienta o naturalista bávaro: “o comércio entre o Pará e Portugal havia progredido, subindo sempre nos últimos decênios do século passado e primeiros deste; mas depois que o Rei de Portugal se instalou no Rio de Janeiro e prometeu a

liberdade dos portos, passou grande parte desse comércio para a Inglaterra, o que ficou provado pela grande influência dos navios ingleses nos portos brasileiros” (BENCHIMOL, p. 111).

O uso comercial da borracha também era intenso. A resina chamada cauchu nas terras da Província de Quito, vizinho do mar, e nas margens do Marañon, nas cordilheiras dos Andes, limites com Peru e Equador, já eram usadas para a confecção de artefatos impermeáveis e elásticos que tomava diversas formas como garrafas bastante resistentes, botas, bolas côncavas. Os portugueses do Pará aprenderam com os omáguas, tribo de índios que vivia no Alto Amazonas, acerca da atual cidade de Tefé, a fazer com essa matéria bombas e seringas, pois segundo relatos de navegadores haviam sido eles os primeiros a utilizarem a resina retirada das seringueiras de forma artesanal (BENCHIMOL, p. 116).

René Bouvier, *Le Caoutchouc – brillante et dramatique histoire de l’hevea*, Paris, 1949, no seu Relato Abreviado de uma Viagem na Interior da América Meridional, do astrônomo francês La Condamine, menciona que observou a utilidade da hévea que podia ser aproveitada para: ‘endurecer os tetos e arreios das carroças para conservá-los em bom estado, sem constantes reparos e com a mesma flexibilidade; fazer os canos dos navios e as bombas de incêndios com pano em lugar de couro, o que os torna mais leves; lonas bem flexíveis, guarda-chuvas, toda sorte de equipamento de guerra para conservar as munições, tendas, mantos, estojos de várias espécies e botas, as quais não seria preciso senão lavar para limpá-las, e jamais a umidade se faria sentir nas pernas ou nos pés (BENCHIMOL, p. 117).

No ano de 1800, e antes disso, os EUA já consumiam borracha amazônica em forma de botelhas, e foram os comerciantes de Boston, por volta de 1820, os primeiros a praticar a importação de sapatos. Há notícias também do envio de diferentes tipos de roupas, de moldes de sapatos talhados em madeira, para os naturais da Amazônia os revestirem com o leite de seringa. Porém, de 1830, em diante, a importação de sapatos dominou o tráfego marítimo entre a América do Norte e a Amazônia, bem como entre esta e a Europa. Thomas Hancock alinha em seu livro algumas estatísticas sobre essa primeira fase do comércio internacional da borracha. De 1836 a 1839, o Pará exportou 452.962 pares de sapatos, afora a borracha crua que começava a disputar o mercado às manufaturas indígenas. Nova Iorque, por exemplo, recebia nesse espaço de tempo 87.896 libras, Salém, porto do Estado de Massachussets, 57.499 libras, Lisboa, 88.044 libras, Marselha, 34.837 libras, Londres 34.837 libras, seguidos de outros portos como Hamburgo, Antuérpia, Havre, importadores da borracha classificada tipo ‘fina’, ‘entrefina’ e ‘sernambi’ (BENCHIMOL, p. 121).

Nos anos 1880, a Amazônia dominou o mercado de produção de borracha sendo a única fornecedora mundial dessa matéria prima para a EUA e Europa. Nos anos 1870 as exportações

brasileiras subiram da média 6.000 toneladas para 11.000 toneladas, nos anos 1880, chegaram a 21.000 toneladas, e nos 1.890, a produção de borracha chegou a cifra de 35.000 toneladas (Celso Furtado, 1959 apud WOLFF, 1999).

O ponto que até aqui nos chama atenção é a combinação de fatores que a economia vai amalgamando como elementos subsidiários para promover o fortalecimento de uma base principal para sua sustentação. Assim o comércio a longas distâncias que se desenvolve a partir dos centros europeus e norte-americanos e se estende as regiões amazônicas vai paulatinamente incorporando no circuito comercial os produtos de maior interesse econômico e subordinando social e economicamente as gentes locais e suas práticas produtivas, à medida que não encontra utilidade dentro do sistema principal. Mas no mesmo passo que esse movimento econômico vai se apropriando geograficamente de novos produtos, excluindo alguns incluindo outros, no mesmo ritmo, vai requerendo força de trabalho e novos braços sociais para sustentar seu ciclo produtivo que se expande constantemente.

Todavia, não são quaisquer tipos sociais que interessam ao sistema, os nativos, por exemplos, foram considerados inaptos para certos trabalhos, mas convém aquele tipo particular que o movimento próprio de expansão econômico gera ou estimula, no caso, os migrantes cearense-nordestinos, de índole plástica e adaptativa, de vivência errante e possuído pela ânsia da necessidade, necessidade de tudo, que por razões pessoais ou de natureza induzida se dirigiram para as regiões amazônicas em busca de supri-las.

Tal processo de enraizamento desses trabalhadores teve um aspecto relacionado à vida material. Os abalos econômicos que a economia da borracha passou a sofrer sistematicamente a partir da segunda década do século XX foram abrindo fendas por entre as quais a produção agrícola e a pequena manufatura foi se desenvolvendo. Num movimento lento, mais persistente, as atividades econômicas e os agentes organizacionais foram se diversificando no rastro das crises das atividades dominantes e na intermitência dos seus pequenos fôlegos.

4.1. Os anos de 1970: crise da economia da borracha, produção de subsistência e mudanças nas relações econômicas no seringal

Chegam os anos de 1970. Nesta década se processaram mudanças significativas que alterariam praticamente toda a base da economia regional, assim como os diferentes agentes econômicos e políticos se posicionariam de maneira distinta dentro do tabuleiro das forças sociais. Mas os episódios conflituos que sucederam nesta época não disseram somente respeito a um ambiente conjuntural de momento, nem tampouco os seus desdobramentos futuros se desembrulhariam independentemente deles. Esse ponto de ebulição provavelmente pareceu fazer

referência à eventos anteriores a si mesmo, assim como o novo caminho aberto por ele teria inevitavelmente que apontar numa direção que fizesse correções do passado para que fossem dados firmes passos para os desenvolvimentos posteriores.

A causa primeira que principiou o declínio da economia da borracha na Amazônia tem seu fundamento angular no contrabando de sementes de seringueiras amazônicas em 1876 por Henry A. Wickham para a Inglaterra (Warren Dean, 1989). A luta pela Borracha no Brasil: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989). Não se imaginava naquele momento que esse episódio aparentemente fortuito pudesse resultar no estrangulamento quase completo do maior produtor mundial de borracha, o Brasil. Foram necessários quase cinquenta anos de experimentos científicos nos seringais do Sri Lanka, Tailândia, Indonésia, e principalmente da Malásia, para que se desenvolvessem formas de plantios de *hevea brasiliensis* em escalas industriais, onde o processo produtivo realizava-se em fazendas, com as seringueiras posicionadas próximas uma das outras, o que reduzia o tempo de deslocamento para o corte, possibilitando maior controle sobre as plantações e barateando os custos produtivos e sociais (SOUZA, 1995; WOLFF, 1999).

No ano de 1905, por exemplo, basta dizer que o Brasil produzia 35.000 toneladas de borracha, enquanto que a Ásia perfazia cerca de 171 toneladas de borracha. Em 1913, o Brasil alcança 39.560 toneladas e a Ásia chega a cifra de 47.618 toneladas. Em 1919, o Brasil praticamente estagnado manteve-se na casa das 34.285 toneladas, ao passo que a Ásia aumentava vertiginosamente a quantidade de borracha produzida para 381.860 toneladas (WOLFF, 1999)

Nesse contexto de reconfiguração das relações comerciais na Amazônia, em decorrência da queda do preço da borracha nativa no mercado internacional, a partir de 1912, produziram-se, concomitantemente, novas formas de relacionamento produtivo no interior do sistema seringal. No caso do Acre, esse reordenamento se processou de forma mais nítida depois dos anos 1940, que sob outra lógica, alterou os códigos e regulamentos sociais e econômicos vigentes. Os laços rígidos de dominação que prendiam os seringueiros aos patrões, nessa época, foram paulatinamente desestruturando-se e estes últimos, aos poucos, foram perdendo o controle sobre os primeiros.

Nesse mesmo período, ocorreu o fenômeno do êxodo rural. Uma parte da população que vivia nos seringais foi forçada a migrar para áreas urbanas de mais fácil acesso favorecendo o crescimento das cidades. Muitos se dirigiram para aquela mais promissora, o município de Rio Branco, a capital do estado. A outra parte, porém, atravessou a fronteira e foi se abrigar no país vizinho, a Bolívia. Os poucos afortunados que haviam conseguido poupar algum recurso com o

saldo da borracha aproveitaram a oportunidade para regressar com suas famílias para os locais de onde vieram²¹.

Celso Furtado, em uma passagem acerca do câmbio econômico que vivenciava a região amazônica dos anos 1960, nos mostra como o declínio da economia da borracha havia forçado o sistema mercantil – comércio de mercadorias a longas distâncias – a abrir espaço para o circuito da economia de subsistência como forma de equilibrar as relações comerciais nos seringais no âmbito local, de tal modo que impedisse definitivamente a falência dos patrões seringalistas:

Os planos do imigrante nordestino que seguia para a Amazônia seduzidos pela propaganda fantasista dos agentes pagos pelos interesses da borracha, ou pelo exemplo das poucas pessoas afortunadas que regressavam com recursos, baseavam-se nos preços que o produto havia alcançado em suas melhores etapas. Ao declinarem este de vez, a miséria generalizou-se rapidamente. Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a completar seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, foram regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência... (Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, 6ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, p. 161).

Embora, a partir dessa primeira crise iniciada em 1912 a economia da borracha apresente tendência decrescente de produtividade – com exceção do rápido surto extrativista entre os anos 1942-1945, em função dos “Acordos²² de Washington” – chegando ao anos 1970 ao seu esgotamento quase que irreversível, o fato é que a produção de borracha jamais há se extinguido em definitivo, nem mesmo nos seus momentos mais críticos, como nos períodos reportados anteriormente.

²¹ Os impactos sociais desse processo apareceram nas análises de diversos autores como Costa Sobrinho (1992), Leandro Tocantins (1979), Luís Antônio Pinto de Oliveira (1982), Adalberto Ferreira da Silva (1982); Silvio Simeoni (2003).

²² A economia da borracha ganhou novamente destaque, quando ocorreu a ocupação das colônias de cultivo inglesas localizadas no oriente, durante a II Guerra Mundial. A partir desse momento, os EUA passaram a investir na ativação dos seringais nativos da Amazônia, através de contrato assinado nos “Acordos de Washington”, firmados com o governo brasileiro, em 3 de março de 1942. Nas cláusulas do acordo, previa-se financiamentos para subsidiar a migração nordestina para o interior da Amazônia. Os “Acordos de Washington” foram convênios de incentivo à produção e compra de borracha nos seringais nativos da Amazônia, firmados entre o governo brasileiro e norte-americano para suprir as necessidades bélicas das indústrias americanas. Nestes convênios previa-se ainda o deslocamento de contingentes (mão-de-obra) populacionais de outras regiões do país para a realização da produção da borracha. Os trabalhadores que vieram eram predominantemente os de origens nordestinas. Para aprofundar esse assunto ver, dentre outros, Martinello (1988).

Wolff (1999) lembra que a produção de borracha na verdade diminuiu muito pouco nos anos que se seguiram à crise dos anos de 1970. Os seringais não desapareceram, continuou a haver seringueiros e patrões, fiscais, comércio de borracha e mercadorias. O problema novo que se colocara era que a borracha não podia mais ser o único produto do trabalho do seringueiro, pois a queda dos preços reduzia muito a quantidade de mercadorias que se podia adquirir com a venda da borracha ao patrão, e ao patrão não interessava juntar prejuízo na oferta de mercadorias ao seringueiro pelo sistema de aviamento. Em uma passagem elucidativa Weinstein (1993) aponta como estava colocado essa problemática:

Em consequência disso, os seringalistas e comerciantes locais encontravam-se diante de um dilema. Em épocas de altos preços de borracha, sua estratégia básica havia sido de manter o seringueiro o mais possível dependente deles, eliminando todos os outros contatos comerciais e desconstruindo toda tentativa de auto-suficiência. Mas com os preços caindo a níveis de antes da expansão, já não era viável ao patrão continuar suprindo sua clientela de todos os bens que consumia. Não conseguir fazê-lo, ameaçava aumentar a independência econômica e psicológica do seringueiro e podia, finalmente, levá-lo a deixar de uma vez a coleta de borracha. Em suma, o seringalista, ou comerciante, via-se dividido entre a necessidade de cortar os custos e as dificuldades de manter o controle de sua mão-de-obra (apud WOLFF, 1999, p. 102).

Tomando a perspectiva posta por Weinstein podemos resumir que o cerne do problema enfrentado pelos seringalistas naquele momento era de natureza estritamente econômica, isto é, os seringalistas estavam debilitados financeiramente para abastecer os seringais de gêneros alimentares e mantimentos para o trabalho de extração da borracha, pois seus lucros haviam sido reduzidos expressivamente com a baixa dos preços da borracha. Como parte significativa de seus lucros eram proveniente das diferenças auferidas nas trocas comerciais da borracha e dos produtos industrializados com os seringueiros através do sistema de aviamento, agora com o baixo preço da borracha no mercado internacional, a quantidade de borracha produzida que nos tempos de auge era suficiente para o abastecimento das famílias no barracão torna-se ínfimo para a aquisição dos mesmos mantimentos básicos.

Nesse sentido, a desvalorização do preço da borracha no comércio internacional leva a que os patrões seringalistas apertem as restrições nos seringais, a começar pela diminuição das compras no barracão. A diminuição dos recursos para o abastecimento do aviamento rebate no

abastecimento da casa do seringueiro. O patrão com medo de não conseguir saldar o seu débito nas casas financiadoras diminui o volume de produtos aviados e limita as normas para o aviamento do seringueiro. Se antes, algum seringueiro se aviava sem crédito no barracão, a partir de então ele só poderia comprar mantimentos se sua produção compensasse a venda dos produtos. No romance *Terra Caída*, José Potyguara (2007) reproduz a seguinte fala do patrão no contexto da crise financeira:

“Como medida de prudência, restrinja a venda de mercadorias a quem não tem saldo, pois vou cortar pela metade minha cota de compra para aviamento. É preciso reservar mercadoria para o fabrico a se iniciar (...) Levarei um mínimo indispensável de mercadoria. Vamos atravessar um ano duro! Não sou doido de encher barriga de seringueiro, quando a borracha quase nada vale” (p. 84/85).

Então, a tendência do patrão foi de reduzir a quantidade de investimentos em mercadoria para o aviamento dos seringais porque caso os rendimentos das trocas comerciais não gerassem recursos suficiente para cobrir os gastos de circulação, ele se veria endividado junto aos bancos financiadores de Belém e Manaus. Mas a possibilidade de não comprometimento do patrão com o abastecimento dos seringueiros poderia deixar sua autoridade fragilizada diante dos mesmos assim como desmotivar o trabalho de produção de borracha. Ademais, focos de resistências já estavam latentes por parte dos seringueiros que exigiam mantimentos para suas famílias e garantia do trabalho; liberdade de comercialização da borracha para alcançar melhores preços com os regatões; e liberdade para produção da agricultura para compensar a escassez de produtos industrializados e reduzir os custos familiares com os mantimentos alimentares comercializados no barracão.

Entrincheirados diante da pressão dos seringueiros e da situação desfavorável da economia da borracha de exportação, aqueles patrões que não abandonaram ou venderam seus seringais foram forçados a afrouxar as regras sociais nos seringais para se adaptarem aquele novo momento: liberaram a comercialização da borracha e a produção de agricultura²³.

Silvio Simeoni (2003, p. 108) comenta que “o seringueiro, à medida que foi se libertando das relações de produção compulsória do sistema de aviamento nos seringais, passou a ter uma

²³ Importa dizer que a liberalização dos regulamentos nos seringais do Acre se deu de forma diferenciada. Nos seringais do Alto Juruá, por exemplo, o domínio dos patrões seringalistas se estende a praticamente os anos 1980. No ano de 1989, a firma Marmud Cameli, arrendatária de vários seringais nos rios Tejo e Juruá moveu um ação de interdição proibitória contra o CNS que pretendiam romper com o sistema de aviamento controlado pelos patrões, realizando a comercialização direta com os seringueiros de produtos alimentares industrializados de primeiras necessidades (O'DWYER, 1998, p. 37). No caso do Vale do Acre-Purus, esse processo se deu mais cedo, nos anos de 1970, com a atuação do sindicalismo rural (PAULA, 1991)

maior autonomia produtiva. Sua organização de conformidade com a produção familiar camponesa passa a firmar-se numa maior diversificação de produtos de subsistência para suprir as necessidades familiares, e não mais exclusivamente em atividades extrativa vegetal”.

Nota-se, portanto, que foi nas brechas da economia da borracha aberta nos seus momentos de crise que paulatinamente foi se expandindo uma base para a instalação de circuitos de troca no âmbito local e da afirmação do campesinato nos jogos das trocas comerciais. Nos interstício da economia principal de exportação vai se desenvolvendo o comércio local de produtos agrícolas e manufaturados em geral para suprir as necessidades mais imediatas da população e assim dar suporte para a atividade produtiva dominante. Apesar dos circuitos comerciais (internacional, local) serem transacionáveis em esferas espaço-tempo diferenciados, não se trata de relações de trocas incompatíveis. Ao contrário, quando a economia principal voltada para exportação não consegue mais alcançar os lucros suficientes para cobrir os gastos de produção por causa de um aperfeiçoamento (tecnológico, produtivo, e social) como foi o caso da borracha produzida na Ásia, a tendência geral é da economia principal ir abrindo espaço para incorporar o circuito comercial de pequena distância e acoplá-lo como base suplementária da economia dominante.

Com a transformação das relações econômicas não somente alteraram-se as atividades de diversificação produtiva como também modificaram o perfil dos agentes econômicos. Domingos Neto (2004) desenvolveu a idéia de que os períodos de estagnação da economia da borracha ademais abriram espaço para a constituição de várias categorias de trabalhadores a que foi dando lugar à categoria dos seringueiros. Para além da tonalidade política que as categorias sociais reivindicam para si, foram surgindo trabalhadores nomeados como posseiros, meeiros, castanheiros, colonos, agricultores, lavradores, extratores. À medida que os seringueiros começaram a desempenhar outras atividades produtivas para assegurar a alimentação como arroz, feijão, macaxeira, farinha, açúcar, bem como desenvolver atividade de caça e de pesca, antes rigorosamente proibidas dentro do sistema de aviamento, o sentido do termo seringueiro vai deixando de subsistir. Aqueles sujeitos históricos designados como seringueiros por exercer a atividade de extração do látex para a produção da borracha ampliam seu leque de trabalho produtivo e diversificam-se do ponto de vista econômico, social e cultural.

De modo geral, foi dentro desse contexto da década de 1970 de reorganização das relações econômicas, que os seringueiros e demais categorias de trabalhadores rurais se tornaram os principais atores políticos na defesa pela posse da terra no Vale do Acre/Purus e garantia do comércio e produção de pequena escala. Esse processo aconteceu simultaneamente à quebra da estrutura tradicional de dominação do comércio de exportação a que o sistema seringal estava articulado e da política de revalorização da pequena economia de subsistência, que favoreceram o

conjunto dos trabalhadores rurais à adoção de comportamentos e de práticas econômicas e políticas capazes de fortalecer a economia local de base camponesa. Como a dependência econômica e política dos seringueiros se irradiavam a partir do endividamento econômico, no momento em que os laços tradicionais de subordinação se rompem gera a possibilidade dos seringueiros formularem discursos contestatórios de resistências contra toda sorte de constrangimentos, alterando assim o sistema de poder que vigora no seringal (O'DWYER, 1998).

Nesta década 1970, a desestruturação das normas (relação patrão x seringueiro), nos seringais, foi inevitável, devido à falência dos padrões seringalistas. Isso permitiu, de certo modo, a liberdade de os seringueiros comercializarem, significativamente impulsionados pelos programas governamentais de incentivos à produção vegetal que financiavam a produção de borracha de cultivo, além de outras atividades produtivas, bem como estimulava a organização dos seringueiros através de associações.

Nesse quadro, alguns programas de financiamentos foram criados para incentivar o cultivo de borracha nativa. Exemplos disso são os Programas de Incentivo a Produção Vegetal – Probor I, II, III, com recursos da União; e o Proborzinho financiado pelo governo estadual. O foco do conjunto desses programas tinha como principal objetivo a formação de plantios de borracha nos moldes racionais dos cultivos asiáticos, complementado pela agricultura de subsistência, de base familiar.

Os Programas da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha – SUDHEVEA, criados a partir da década de 80, também passariam a incentivar a criação de usinas artesanais e de associações dentro dos seringais. As associações permitiriam ao seringueiro vender sua produção de borracha diretamente à indústria de transformação, passando a gerar melhores retornos econômicos (Zanoni, 1987; Esteves, 1998).

Essas transformações nas relações produtivas promoveram um rearranjo nas posições dominantes dos diversos agentes sociais envolvidos na economia da borracha: os padrões seringalistas, endividados perante as agências financiadoras (BASA), não conseguiram manter a mão-de-obra, permitindo a “autonomia” dos seringueiros; os novos proprietários (pecuaristas e especuladores) do Acre, financiados com recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, começaram a investir no seringal nativo. No entanto, esses recursos foram utilizados principalmente para comprar terras (seringais) para a implantação da pecuária (Esteves, 1998).

Os desdobramentos dessa reconfiguração sócio-econômica apontariam para novos rumos acerca dos processos de desenvolvimento, resultado da aprendizagem dos danos sociais e

ambientais que a economia da borracha havia gerado, agora com a diferença de que novos atores sociais estavam em cena, contando com um forte aliado: a mentalidade da importância ambiental importada pelo sindicalismo rural para amparar a sua luta em defesa pela preservação das florestas de seringueiras.

5. Considerações finais

Neste conciso balanço historiográfico tivemos o objetivo de fazer uma releitura dos acontecimentos políticos e econômicos que deram as terras acreanas a estatuto político de Estado do Acre. No movimento geral de expansão do comércio de longa distância impulsionado pelos avanços tecnológicos a partir dos principais centros europeus e norte-americanos vimos paulatinamente à região amazônica ser alvo de motivações econômicas por ela representar a possibilidades de exploração de novos produtos tropicais, em especial a borracha, matéria-prima essencial para a produção industrial em formação no Ocidente, pelos idos de 1850. As trocas internacionais se expandiam e o sistema mercantilista procurava interligar novas mercadorias e novos mercados em direção aquelas áreas ainda não incorporadas ao circuito econômico mundial.

A colonização e povoamento das terras acreanas precisamente respondem por esse impulso comercial. As autoridades comerciais e políticas da Província do Amazonas e do Pará, já integrados as trocas internacionais, intensificam processo de avanço em direção as terras por fora de suas fronteiras regionais que estavam situadas ao sul dos seus limites geográficos, bem na confluência das fronteiras com a Bolívia e o Peru. A constatação da abundância de seringueiras e a dinamização de suas receitas advindas dos negócios com os artefatos de borracha fizeram com que eles estimulassem o deslocamento de grandes levas de trabalhadores de outras regiões brasileiras para o trabalho de exploração de borracha nas áreas acreanas.

Quando bolivianos e peruanos dão conta do mercador promissor que se desenvolve nas bordas de suas fronteiras despertam para averiguar a legitimidades dos exploradores brasileiros. A “questão das terras acreanas” nasce no exato momento em que os países da tríplice fronteira voltam seu olhar para o mesmo lugar ainda desprotegido de limites políticos efetivos. Nesse sentido, o primeiro momento de evidência das terras acreanas mostra-se como uma contenda internacional, e por esta razão, traz à tona a questão ‘nacional’ como princípio político da disputa entre os três países envolvidos. Em nenhum momento foi colocada a possibilidade de independência das gentes que o habitavam fora das três nacionalidades que estavam em jogo, em primeiro lugar, porque os habitantes migrados para aquela região eram na sua maioria brasileiros, apesar de haver zonas cinzentas de presença de bolivianos e peruanos pelo seu entorno, ao passo,

que a população autóctone estava fora do jogo de disputas políticas do ponto de vista da reivindicação daquele território. Em segundo lugar, as autoridades que estavam por trás da exploração da borracha eram personalidades comerciais e políticas brasileiras, e os migrados, brasileiros de outros estados do país, principalmente nordestinos, amazonenses e paraenses.

Por essas razões, é praticamente improvável alegar um movimento político incrustrado em forças políticas locais preiteando uma identidade local independentemente das forças nacionais que aí estavam enredadas, visto que as forças econômicas e políticas, no caso das brasileiras, atendiam a interesses específicos de seus estados regionais originários, e mesmo, os trabalhadores empregados como mão-de-obra na extração de seringa não alimentavam sentimento algum de pertencimento, senão que pretendiam tão-somente enriquecer-se para regressar aos seus habitats naturais, uma vez que ainda permaneciam completamente desintegrados ao ambiente natural e social que o circundavam. Não havia, do ponto de vista sociológico, nenhum elemento concreto que pudesse ser acionado que estabelecesse um liame de enraizamento daquelas gentes que exploravam as terras acreanas capaz de ser ponto gerador de um princípio identitário que os prendessem àquele lugar, em termos de vínculo socialmente efetivo, a não ser o fato de serem brasileiros, falarem a mesma língua, e estarem acostumados com o clima tropical dominante no país, e porque por uma razão de fundo estritamente econômico, haverem aportados no mesmo lugar.

Portanto, os acordos diplomáticos entre Brasil, Bolívia e Peru assinados com o Tratado de Petrópolis, em 1903, e o Tratado de 8 de setembro de 1909, que deram cabo aos litígios fronteiriço e anexaram às terras acreanas ao território nacional brasileiro, após o movimento geral armado que ficou conhecido como Revolução Acreana, não remete a uma formação social genuína de um povo específico ‘de ser acreano’, como portador de uma identidade idiossincrática, mas responde simplesmente a uma conjuntura prefigurada pelos seguintes aspectos: (i) primeiro que a denominação ‘acreano’ fazia referência ao lugar geográfico e não nomeava aquelas gentes que aí se faziam presente, porque todos eram brasileiros de outras regiões do país já dotados de nomenclatura própria; (ii) segundo, que o movimento litigioso de conquista das terras acreanas desencadeado assim como a pequena força armada foram impulsionados por forças políticas e econômicas que atendiam interesses de suas regiões específicas, principalmente da Província do Amazonas; (iii) terceiro, porque o que estava em jogo era a questão ‘nacional’ porque envolvia definição de fronteira extensiva aos países relacionados, visto que não se tratava de terras independentes fora do âmbito do Brasil, Bolívia ou Peru; (iv) quarto, que o alheamento das autoridades do governo brasileiro durante certo período das disputas não pressupunha o desconhecimento da nacionalidades dos brasileiros que ali estavam, atribuindo-lhes um tipo específico de nacionalidade-local, mas dizia respeito ao reconhecimento político, por parte do Brasil,

de que as terras acreanas eram possessões bolivianas, como assegurava o Tratado de Ayacucho de 1877; (v) quinto, que as incertezas dos limites de fronteiras inscritos no próprio Tratado deu ao governo brasileiro legitimidade para que ele decidisse definitivamente empenhar-se na conquista das terras acreanas, que resultaram nos dois tratados assinados: Tratado de Petrópolis, 1903, e Tratado de 8 de setembro, 1909; (vi) sexto, que o Estado Independente do Acre, proclamado por Luis Galvez e depois por José Plácido de Castro, embora tenham cumprido importante papel para acionar politicamente as forças nacionais, naquele período histórico, não se pode dizer que ele tenha respondido por uma vontade reflexiva características de uma formação social moldada por um projeto identitário das gentes locais. O que se tem, neste momento, é uma vontade nacional com ânsia político-administrativa centralizadora para resguardar as fronteiras nacionais e regulamentar a organização das relações econômicas. No caso particular do Estado do Acre, do ponto de vista político-econômico, a sua constituição significou o primeiro momento a partir do qual se criariam as bases materiais para a formação de uma mentalidade social enraizada no lugar, uma vez que os elementos mentais que configuram a constituição de um povo (como interesses coletivos partilhados pelo conjunto da população, afinidades com o ambiente, por exemplo) não caminharam entrelaçadamente com a sua formação político-econômica.

Assim, após a constituição do Estado do Acre a organização social que se estrutura internamente ergue-se configurada duplamente por relações econômicas e políticas bastante desiguais onde os trabalhadores rurais permanecem completamente subordinados ao trabalho de produção de borracha e destituídos igualmente de força política, bem como os patrões seringalistas estavam articulados com as casas aviadoras de Belém e Manaus em condições de interdependência, embora em termos muito mais favoráveis que os seringueiros. No plano político, a população local permaneceu tutelada pelo governo federal que indicava os governos locais, normalmente, enviando pessoas de outras regiões do país que despertavam pouco interesse pelas necessidades locais.

De modo geral, a economia local manteve-se, por quase oitenta anos, sustentada pela produção da borracha. Nos seus momentos de crise e nos interstícios de seus pequenos fôlegos vai se desenvolvendo um circuito comercial de pequeno porte baseado nas atividades produtivas agrícolas, extrativismo, criação de pequenos animais, pecuária, que conecta uma variedade de produtos em torno de uma economia de subsistência que se integra de forma complementar a economia dominante de produção de borracha e lhe subsidia. Simultaneamente à diversificação produtiva se reposicionam os agentes econômicos que passam a disputar a formulação das políticas de desenvolvimento para a região. Em particular os produtores rurais, os seringueiros, sobretudo, que antes se encontravam em situação de dependência político-econômica, moveram-se politicamente com vistas a formular um amplo projeto de desenvolvimento local que resguardasse

os elementos internos capazes de promover uma transformação social na sociedade acreana e corrigir as necessidades materiais historicamente negligenciadas a população do lugar. O ponto de auge desse projeto ocorreu com a eleição de Jorge Viana ao governo do Estado do Acre, em 1998. Os resultados efetivos desse projeto ainda foram pouco explorados. O próximo passo da presente pesquisa consiste em investigar o alcance material e a cobertura de proteção social dele.

6. Bibliografia

- **ALEGRETTI, Mary Helena.** Projeto Seringueiro: estudo de caso em um seringal nativo do Acre. UnB, Brasília. 1987 (dissertação).
- ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Brasília: UnB, 2002. Tese.
- ALMEIDA NETO, Domingos José de. Aos trancos e barrancos: identidade, cultura e resistência seringueira na periferia de Rio Branco-ACRE (1970-1980). Rio Branco: EDUFAC, 2004.
- BARROS, Glimesdes Rego. Nos confins do extremo oeste. Vol. I e II. Rio de Janeiro: biblioteca do exercito, 1993.
- BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da Batalha da Borracha. Manaus: imprensa oficial, 1992.
- CASTRO, Genesco. O Estado independente do Acre e José Plácido de Castro: excertos históricos. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1930. Reedição, 1998.
- **CAVALCANTI, Francisco C. Silveira.** O processo de ocupação recente das terras do Acre. Tese de Mestrado. Universidade Federal do Pará – UFPA, 1983. (mimeo)
- CNS. Diretrizes para um programa de reservas extrativistas na Amazônia. Rio Branco: Poronga, 1993.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez. Rio Branco, AC: UFAC, 1992.
- COSTA, Craveiro. A conquista do deserto ocidental. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1973. Reedição, 1998.
- **ELIAS, Norbert.** O processo civilizador II: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993. 2v.
- _____. O processo civilizador I: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994. 2v.
- ESTEVES, Benedita Maria Gomes. Estado, Ecologia e o desenvolvimento da questão agrária na Amazônia. Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado: CAPES/MARE/CNPq/FINEP-CPDA/UFRRJ, RE-RH/02, Rio de Janeiro, 1998.
- GARRAFIEL, Denise Regina. As políticas públicas de desenvolvimento sustentável no Estado do Acre (1999-2002). Rio Branco: UFAC, 2004. Dissertação.
- Gudynas, Eduardo. Ecologia, economia y ética del desarrollo sostenible. Revista de Ecología Política de Bolívia, 02, ICIB/ANCB, Uruguai, 2003.
- LIMA, Cláudio de Araújo. Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1973. Reedição, 1998.
- **MARTINELLO, Pedro.** A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Cadernos da UFAC, 1988.
- MEIRA, Augusto. Autonomia acreana. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1913. Reedição, 1998.
- MORAIS, Maria de Jesus. Acreanidade: invenção e reinvenção da identidade acreana. UFF: Niterói-RJ, 2008. (tese de doutorado)
- MOTA, Nilton Luiz Cosson. Florestania, mateiros, varadouros, ramais, igarapés: a extensão rural no Pólo Agroflorestal Dom Moacir – Bujari\Acre. UFPE: Recife, 2006 (dissertação).
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico. Niterói: EdUFF, 1998.

- OLIVEIRA, Hermicio Sena. O movimento pelo desenvolvimento sustentável do Acre, Brasil (1988-2002): ciclos de protestos, capital social e rendimentos democráticos. Espanha: Universidade de Salamanca, 2003. Tese.
- OLIVEIRA, Luis Antônio Pinto. O sertanejo, o brabo e o posseiro: os cem anos de andanças da população acreana. Belo Horizonte: UFMG, 1985.
- PADUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.
- PAULA, Elder Andrade. Seringueiros e Sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1991. (Dissertação de mestrado)
- **PAULA, Elder A.** Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2003. (Tese de Doutorado).
- **PUTNAM, R. D.** Comunidade e Democracia. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 (1ª Ed. Em inglês: 1993).
- REGO, José Fernandes. O Processo de Ocupação da Fronteira Amazônica. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal da Paraíba – USPb, João Pessoa.
- RIBEIRO, José Afonso Soares e outros. O governo Geraldo Mesquita e os conflitos pela posse da terra no Acre: 1975-1979. DH/UFAC. Rio Branco, 1993. (monografia)
- SANTANA Jr. Horário Antunes. Florestania: a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco: EDUFAC, 2004.
- Santos, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). *Globalização. Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, 2ª ed., 2002, pp. 31-106.
- **SILVA, Mauro C. R.** Sindicato em Movimento: representação política e os interesses no STR de Xapuri. CPDA/UFRRJ, dezembro de 2001. (dissertação de mestrado).
- SILVA, Mauro C. Rocha da. O Estado e os Movimentos Sociais no Campo: os anos 90 e a busca do consenso. DFCS/UFAC, Rio Branco, 1998. (monografia)
- SOUZA, Carlos Alberto Alves de. História do Acre. 1995.
- SOUZA, Márcio. O Empate Contra Chico Mendes. Marco Zero, Segunda Edição, São Paulo, 1990.
- SOUZA, Valtemir Evangelista de. As transformações econômicas no campo acreano e as repercussões na cidade de Rio Branco. UFPE, Recife, 1998. Dissertação.
- TOCANTINS, Leandro. Formação histórica do Acre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, v.2
- TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Brasília: INL/ Conselho Federal de Cultura; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979.
- VIANNA, Oliveira. Pequenos estudos de Psychologia Social. 3ª Ed. Argumentada. Companhia Editora Nacional, 1942. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª Brasileira. Vol. 216)
- Wolff, Cristina Scheibe. Mulheres da floresta: uma história: alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.